

LISBOA RECONSTRUÍDA E AMPLIADA (1758-1903)

Raquel Henriques da Silva

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Resumo

O século e meio que este texto se propõe percorrer, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XX, é balizado por duas datas simbólicas: a aprovação do plano pombalino para a reconstrução de Lisboa, após o terramoto, e o “Anteprojecto do Plano de Melhoramentos da Capital” que, ao contrário do primeiro, foi rapidamente esquecido, embora as linhas fundamentais que propunha para o alargamento da cidade tivessem sido parcialmente realizadas, mais tarde e sob outros instrumentos de projectação.

Sintetizando bastante, e utilizando marcos estabilizados da história urbana de Lisboa, poder-se-á afirmar que me vou ocupar, em primeiro lugar, da Lisboa delineada por Eugénio dos Santos e construída entre a autoridade da Casa do Risco (na área da Baixa e envolventes) e da fuga, mais ou menos empírica, a essa autoridade; em segundo lugar, de um incerto período em que o plano pombalino continuava a ser considerado o instrumento fundamental de produção e gestão da cidade, embora esta, na verdade, seja em grande parte determinada por factores exógenos, nomeadamente os resultantes do nascimento do Estado liberal (1833), da extinção dos conventos e da difusão de uma cultura romântica de matriz ecléctica; em terceiro lugar, da Lisboa de Frederico Ressano Garcia, o engenheiro chefe da Câmara Municipal que, a partir de 1874 e bem apoiado em equipas técnicas cuja actualização promoveu, implantou as infraestruturas da cidade moderna (transportes públicos, abastecimento de água, redes de saneamento) e iniciou a ampliação norte de Lisboa, desenvolvendo e potenciando algumas decisões do plano pombalino.

Percorrendo um considerável tempo histórico, que atravessa revoluções, uma guerra civil e grandes rupturas, nomeadamente ao nível das vivências, detectaremos uma continuidade permanentemente reelaborada cuja simbólica ascensional se estende da beira Tejo para os planaltos do interior. O seu eixo determinante, de rara legibilidade urbana, foi elaborado na Casa do Risco pombalina, ligando a Praça do Comércio ao Rossio e, para lá deste, abrindo o corpo breve do Passeio Público. Daqui nascerão todas

as avenidas novas da cidade do século XX, metaforicamente realizando alguns aspectos dos planos pombalinos que, à luz da História, nunca passaram de intenções utópicas.

I- A PRIMEIRA FASE DA RECONSTRUÇÃO, 1758-1777

A Praça do Comércio e os prédios da Baixa

O alvará de 12 de Maio de 1758 determinava o início dos trabalhos da reconstrução de Lisboa, devendo “os donos dos respectivos solos edificar na conformidade do sobredito Plano” (França, 1977: 309-313), ou seja aquele que fora elaborado por Eugénio dos Santos, sob direcção geral de Manuel da Maia. Previa-se ali um prazo de cinco anos para a conclusão das obras, embora a minúcia das referências aos direitos de propriedade e à sua eventual transição para outrem, no contexto extraordinariamente complexo que é próprio do Antigo Regime, permitisse, desde logo, antever a impossibilidade de o cumprir. No sentido de evitar delongas processuais, em 12 de Junho de 1758, o Plano, descrevendo aspectos fundamentais de actuação, foi confiado ao Duque de Lafões, Regedor das Justiças, ultrapassando-se os direitos e competências do Senado da Câmara. A determinação era clara: “Quero que prefira como deve preferir ao interesse particular (...) a utilidade pública da regularidade e formosura da capital destes reinos em todas as ruas” (França, 1977: 103).

A peremptória proclamação do início dos trabalhos representou-se, nestes primeiros anos, sobretudo na Praça do Comércio, a componente mais erudita do Plano. Segundo um levantamento sistemático de fontes primárias, Isabel Mayer Godinho Mendonça pôde recentemente confirmar que “As obras iniciaram-se em 1758 pelo conjunto do Arsenal da Marinha, a poente da Praça e foram prosseguindo a par da demolição dos edifícios arruinados do paço real, igreja patriarcal e Casa da Ópera”; em 1759, era assinada “a escritura de obrigação da manufactura da Praça do Comércio com os mestres pedreiros e carpinteiros, incluindo-se nessa empreitada os edifícios da Alfândega do lado nascente” (Mendonça, 2004: 196). No momento em que é inaugurada a Estátua equestre de D. José – ideada por Eugénio dos Santos e concretizada, do ponto de vista escultórico, por Machado de Castro -, em 6 de Junho de 1775, a Praça foi cenografada em madeira, como se estivesse concluída. Mas havia serviços já instalados: no lado ocidental, a Mesa de Desembargo do Paço, outros tribunais, a Real Biblioteca Pública; na ala norte, o senado da Câmara, a Real Junta de

Comércio, as Secretarias do Reino e a Casa da Suplicação; no lado nascente, a Alfândega, Casa da Índia e Consulado e, no torreão, a Bolsa. O arco da Rua Augusta estava apontado, com “seis columnas de Ordem Composta, de quarenta e dous palmos de altura e de huma só pedra” (Mendonça, 2004:196)¹.

Embora com alterações, a Praça do Comércio seguirá, no essencial, o plano de Eugénio dos Santos que a pensara dentro do modelo das praças reais europeias, regularizando e normalizando a memória do velho Terreiro do Paço, particularmente do Pavilhão que o encerrava do lado ocidental, mandado edificar por Filipe I e projectado por Filipo Terzi². Na incontornável *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, José-Augusto França caracterizou definitivamente a arquitectura do novo centro político e cívico de Lisboa, destacando o “ritmo” como a “sua principal qualidade”. Referia-se ao escalonamento das cêrceas entre os torreões e os corpos que eles rematam, bem como à fluidez gerada pelas arcarias dos pisos térreos, geradoras de sombra contraposta à força lumínica que, em grande parte do ano, jorra sobre o grande terreiro. O desenho erudito dos emolduramentos utiliza as soluções compendiadas pela tratadística francesa, assumindo um classicismo a que faltaram os gestos retóricos que, segundo a célebre gravura atribuível a Carlos Mardel, o deveriam coroar: as cúpulas dos torreões, a sequência dos troféus sobre as balaustradas, o elevado coroamento do arco da Rua Augusta³. Se a crítica epocal não deixou de proclamar alguns desacertos do desenho da Praça, bem como a incompletude da intenção inicial (Silva, 1997:165-174), é evidente que tais falhas são subsumidas no esplendor da imagem: um rigoroso rectângulo alargado que se abre ao Tejo e o enquadra, proclamando o carácter marítimo da cidade imperial.

¹A citação é de Frei Cláudio da Conceição que assistiu e descreveu a inauguração da estátua equestre. Ver, na sequência do artigo citado, a cronologia arrastada do completamento da Praça. A sua última componente, o Arco da Rua Augusta, só foi concluído na década de 1870.

² Utilizando a reflexão de Françoise Choay (1968) deve considerar-se que o conjunto da Praça do Comércio e da quadrícula das ruas da Baixa são um exemplo maior da “arte urbana” que, segundo ela, nasceu com Alberti e foi transfigurada por Bramante, deixando-se “contaminar pela influência do teatral e da pintura que consagrou o carácter visual e espectacular do novo espaço urbano”. A partir do século XVII e, especialmente, do reinado de Luís XIV, foi França “que cria os novos modelos urbanos de perspectivas mais abertas e com programas mais complexos”.

³ Segundo Rafael Moreira, 1994, a gravura será da autoria do gravador Joaquim Carneiro da Silva (1727-1818), mestre na Imprensa Régia, e do ano de 1775. Refere também que essa gravura se tornou um “ícone” da nova Lisboa, reproduzida tanto “numa pintura a óleo a azul e negro sob vidro executada na China pouco após aquele ano, recentemente exposta no Museu Guimet, em Paris”, como em de São Luís do Maranhão, Brasil, “na ainda hoje chamada “Praça do Comércio”, vasto terreiro quadrado aberto em 1780”. Neste caso trata-se de uma pintura de grandes dimensões, realizado entre 1815 e 1822 e atribuível “ao melhor pintor então activo no Maranhão, o engenheiro-cartógrafo e notável miniaturista Joaquim Cândido Guilhobel, filho de um gravador da Casa da Moeda, recém-vindo de Lisboa após a fuga da família real”.

Lugar de transfiguração de Lisboa no corpo do Tejo, entendido como porta aberta ao Atlântico, e com inquestionável significado político e histórico, a Praça do Comércio é também o coroamento da quadrícula do novo bairro da Baixa que reorganizou profundamente os arruamentos mercantis da cidade antes do terramoto. Como bem observou Helena R. Santos, “a entidade geradora do Plano é o quarteirão definido pelo esquema em quadrícula das ruas” (Santos, 2000: 87), hierarquizadas em três categorias (“principais, secundárias e travessas”) que se distinguem imediatamente pelas diferentes larguras e, ao olhar mais atento, pela composição morfológica das fachadas.

É consensual, entre os especialistas da arquitectura predial pombalina, que o seu carácter repetido e estandardizado muito deve às tradições da engenharia militar portuguesa, desenvolvida desde o século XVI em articulação com a criação do império marítimo português. Quanto ao desenho das fachadas, diversos autores têm destacado a influência de modelos clássicos em Eugénio dos Santos, nomeadamente através de Sebastiano Serlio e da tratadística francesa dos séculos XVII e XVIII, muito divulgada em toda a Europa, através de álbuns de gravuras (Duarte, 2004: 81).

Estes referentes, cuja erudição vinha sendo democratizada, articulavam-se bem com as tradições edificatórias portuguesas anteriores ao terramoto que, desde a obra fundadora de Georges Kubler, designamos por “estilo chão” (Kubler: 1972). Deve ainda considerar-se que a definição dos modelos prediais, elaborada por Eugénio dos Santos para as ruas da Baixa, foi desenvolvida, logo na década de 1760, por Carlos Mardel que, no Rossio, introduz o duplo telhado, tanto francês como centro-europeu, e, nas décadas seguintes, por outros arquitectos da Casa do Risco, nomeadamente Reinaldo Manuel que talvez tenha sido o autor das fachadas da Rua do Alecrim, caracterizadas por um jogo expressivo de molduragens cegas que notavelmente valoriza o declive da rua (Silva, 1997: 122).

Sintetizando bastante, pode afirmar-se que, do ponto de vista construtivo e arquitectónico, a nova Lisboa fundia a sua estética erudita, inspirada em modelos clássicos, com critérios de eficácia e pragmatismo, impostos pela dimensão da catástrofe. As suas expressões maiores foram a gaiola do prédio pombalino (Torriner, 2004: 160-167) e a estandardização de componentes construtivas e decorativas, das molduras das janelas e portas, aos azulejos ou às grades das varandas. Saliente-se também o modo como os elementos arquitectónicos de composição de fachadas – cunhais, pilastras e cornijas – são simplificadas. Sob este aspecto, Lisboa afirmava, precocemente, a importância que a industrialização iria ter na organização e

funcionamento dos estaleiros de obras. Outro aspecto relevante para apreciarmos a modernidade da Baixa diz respeito ao facto de os prédios, organizados em quarteirões, se destinarem a aluguer. Nas fases iniciais da edificação, a única excepção, que nem sempre ocorre, são os primeiros andares que, por vezes, eram habitados pelos proprietários. A standardização e massificação da habitação para aluguer, em quatro ou cinco andares sobrepostos, são raras ainda na Europa de finais do século XVIII, mesmo nas cidades demograficamente densas, facto que torna esta questão central para a valorização da reconstrução de Lisboa (Barreiros, 2004: 88-97). Todavia, nas zonas limítrofes da reconstrução, tanto no Chiado como na Rua da Madalena, esta orientação inicial será fortemente posta em causa (Alegria, 2008: 60-63).

O último traço de modernidade dos prédios da Baixa, que sustenta todos os que antes referi, diz respeito ao “estabelecimento de uma rede infraestruturada de esgotos”, requisito que antes não existia em Lisboa (Appleton, 2003: 40-47). Mas não deve esquecer-se alguns aspectos menos eficazes das verdadeiras máquinas de habitar que são os prédios pombalinos: as dimensões reduzidas dos saguões, a par de uma excessiva parcimónia de confortos domésticos, quer na cozinha, quer na “pia de despejos”, quer na ausência, de qualquer sistema de aquecimento. A resolução destas questões foi empírica e por iniciativa dos proprietários mais abonados que, a partir de 1780, começam a solicitar alterações aos contratos de obra tipificados (Silva, 1997: 62-72).

O arrasamento do centro da Lisboa depois do terramoto

Entre os vários aprofundamentos de estudo de que carece ainda o tema da reconstrução de Lisboa, gostaria de destacar dois. O primeiro diz respeito ao funcionamento da Casa do Risco, do ponto de vista do acompanhamento dos estaleiros de obra: sabemos quem são os agentes em presença, conhecemos a legislação, possuímos soma importante de documentação embora muito dispersa, mas falta estruturar estes elos na sua hierarquização funcional para perceber a sua real eficácia, as suas fragilidades e as suas sucessivas recomposições. O segundo é mais um desejo do que uma possibilidade, relacionando-se com a compreensão mais clara do estado do centro da cidade após o terramoto. José-Augusto França foi, mais uma vez, quem primeiro abordou esta questão, afirmando que *“a reedificação da Baixa começava então – a partir do zero. Os bairros baixos da cidade tinham sido arrasados, sofrendo um outro tremor de terra, artificial, provocado pelas cargas de pólvora que o sargento-mor José Monteiro de*

Carvalho tinha feito explodir, por todo o lado, com uma firmeza que lhe valeu várias críticas e a alcunha de «o Bota-Abaixo»” (França, 1977: 136-137).

Vale a pena determo-nos, momentaneamente, neste ponto de reflexão e tirar dele todas as consequências (Silva, 2007: 103-111): o terramoto provocou imensos estragos em Lisboa, multiplicados exponencialmente pelo violento incêndio a que deu origem, mas não é a ele que devemos o desaparecimento do centro da capital do Reino; antes, à decisão - despótica, utópica e progressista⁴ – de arrasar o muito que estava de pé⁵ para fazer dele o chão pragmático de uma cidade quase literalmente nova, em termos físicos e simbólicos.

A este propósito, temos para pensar uma situação paradoxal: as ruínas, que os engenheiros militares expeditamente destruíram, transitaram, imaginosamente, para os corpos visuais do desenho e da pintura, alimentando as sensibilidades pré-românticas daquela época final do Antigo Regime e a reflexão filosófica e científica das Luzes. De facto, só em desenhos possuímos imagens, quase nada realistas, de alguns dos monumentos perdidos de Lisboa (França, 1977: 58-59). As descrições minuciosas, nas respostas dos párocos ao inquérito que foi enviado pelo Governo (Portugal, 1974) não permitem visualizar as perdas, mais ou menos icónicas de tantos objectos cujas ruínas ou apenas as implantações e sobrevivências nos foram, quase na totalidade, negadas.

Sabemos que um dos pórticos da Igreja Patriarcal de D. João V, por detrás do Terreiro do Paço, foi transferido para a reconstruída Igreja de S. Domingos ao Rossio; que se aproveitou a intacta fachada lateral da manuelina Igreja da Conceição, operacionalizando-a como entrada nobre (Silva, 2004: 108-115). Intuímos que a riquíssima Igreja do Corpus Christi talvez não tenha sido totalmente demolida e que alguma coisa do passado sobreviveu no novo prospecto, encaixado por dentro da fachada de um aparente prédio pombalino (Soromenho; Santos, 2004: 116-131). Estes actos dispersos manifestam talvez uma consciência patrimonial, no sentido actual do

⁴ Utilizo a designação “progressista” no sentido que lhe atribuiu Françoise Choay (1965) . No entanto, o plano de Eugénio dos Santos não cumpre todos os aspectos com que a historiadora caracteriza o “pré-urbanismo progressista”. Falta-lhe nomeadamente a separação das funções de “habitar, descansar, trabalhar”. Por isso, considero que seria um desafio interessante aplicar ao plano da reconstrução de Lisboa, os princípios do “urbanismo de regulação” que Choay restringe ao século XIX. Poder-se-á talvez concluir, fundamentadamente, que Lisboa é um caso único, no conjunto da evolução das cidades europeias, utilizando metodologias de actuação que, há época, nunca haviam programaticamente aplicadas.

⁵ Uma das mais perturbantes imagens do estado do Palácio Real, mostrando-o com os alçados quase intactos, é devida a Lourenço da Cunha de que se conhece uma cópia de 1922 da autoria de João Ferreira Vidinha, pertencente às colecções do Museu da Cidade com a cota MC.DES.1365.

termo, mas podemos considerá-los também meras soluções expeditivas e económicas, na sequência do que sempre se fizera com as pedras mortas. Caso particularmente interessante foi o dos frades do Convento do Carmo que, mantendo a fachada quase intacta da igreja fundada, em finais do século XIV, por Nuno Álvares Pereira, desejaram reerguer as abóbadas dentro da sua estética gótica. Com poucos meios e, certamente, muitas dificuldades técnicas a obra iniciou-se: é o primeiro revivalismo medieval da capital que nunca passou do lançamento de arcos de sustentação. Lisboa viu-se dotada assim de um espectacular corpo arruinado que, no imaginário dos lisboetas e dos turistas, evoca o terramoto, embora, na verdade, o que configura seja uma linha incompleta da reconstrução (Pereira, 2005: 36-38).

Um estreito e precioso conjunto de despojos será tudo o que resta do coração da cidade antes do terramoto? Admissivelmente sim, embora muito haja a investigar e reflectir, aprofundando esta direcção de trabalho que, até recentemente, nunca foi valorizada. À semelhança da já referida Igreja do Corpus Christi, haverá outras situações em que a “caixa” pragmática da arquitectura pombalina acolheu, protegendo, restos do passado. A arqueologia poderá ajudar a desvendar outros restos, sepultados nos chãos das ruas da Baixa ou nos muros de suporte da colina do Chiado. Mas nada alterará a extraordinária realidade: a nova Lisboa, delineada com rara qualidade urbana, foi gerada sobre a perda dramática mas voluntária de tantos séculos da sua existência anterior. Esta decisão radical, de políticos e de engenheiros militares, merece ser pensada, ao nível das materialidades mas também dos valores simbólicos: agiram eles movidos pelo medo, por uma ideia, necessariamente utópica embora produtiva, de modernidade ou pela oportunidade imperdível de refazer Lisboa, mais monumental do que fora no passado, celebrando-a, quase no final de um ciclo civilizacional, como capital imperial apontada da Europa às Américas?

O “segundo pombalino” e a afirmação do Chiado

Os tempos previstos para a reconstrução da área demarcada no Plano de Eugénio dos Santos foram sendo sistematicamente alargados, por falta de iniciativa dos proprietários dos lotes definidos pela Junta das Obras Públicas de Lisboa. Mesmo assim, em 1777, quando o Marquês de Pombal é afastado, após a morte de D. José, mais de metade das ruas da Baixa estavam edificadas (Reis, 2004: 58-65), mas não acontecia o mesmo nem

no Chiado, nem na Rua da Madalena, nem na Rua do Arsenal até S. Paulo, onde a reconstrução só avançou decisivamente no reinado de D. Maria I.

No caso do Chiado, ao longo dos eixos da Rua das Portas de Santa Catarina (actual Rua Garrett) e Rua Larga de S. Roque (actual Rua da Misericórdia), Manuel da Maia previra a edificação de “casas-nobres” a que se permitiria algum enriquecimento das fachadas, nomeadamente nos “portais”. No entanto, a investigação que realizei (Silva, 1997: 37-43) permite considerar que as particularidades da edificação desta zona foram mais profundas, determinadas desde o loteamento cujas dimensões, se chegou a ter norma, acabou por se conformar aos interesses dos edificadores. Este facto, bem como a ultrapassagem do modelo previsto para as fachadas de cada rua, através do seu enriquecimento decorativo, que é determinado pelo gosto do proprietário, conduziu-me a propor o conceito operativo de “segundo pombalino”.

Além da sua cronologia (coincidindo com o reinado de D. Maria I), em relação à edificação predial, caracterizo “o segundo pombalino” por dois outros aspectos: uma liberdade nova de apropriação e alteração dos prospectos previstos para a reconstrução, tanto na imagem das fachadas como na organização interna dos fogos que se tornam mais confortáveis; uma deliberada afirmação estilística que visa a diferenciação, e que recorre tanto a vocabulários rococó (referenciados, predominantemente, pela obra do arquitecto Manuel Caetano de Sousa), como a uma disseminação da retórica neoclássica, eventualmente sob o influxo da prática e do ensino do arquitecto José da Costa e Silva. Em diversos contratos de obra, que recolhi nos cartórios notariais de Lisboa, manifesta-se a clara percepção da novidade destes prédios que, muito curiosamente, são ali designados por “prédios-nobres de aluguer”. Embora sem grande expressão numérica, há casos em que o “segundo pombalino” foi mais longe: quando o prédio se solta da malha construtiva em banda, para se tornar uma exclusiva “casa nobre”, com ou sem jardim (como acontece no Largo do Chiado, na Rua Vítor Cordon ou na Rua de S. Francisco, actual Rua Ivens). Estou certa que a continuação de estudos sistemáticos permitirá detectar e caracterizar outras situações de fuga ou maleabilização dos prospectos pombalinos, relacionados também com o aproveitamento de edificações anteriores⁶.

⁶ Refira-se que a minha defesa da vantagem em considerar-se um “segundo pombalino” foi questionada pela reflexão de Joana Cunha Leal, 1997. Refira-se também a reflexão, mais matizada, de Maria Helena Ribeiro dos Santos, 2007: 447-454.

O “segundo pombalino” não se define só na arquitectura mas também no urbanismo. Embora sem reflexão teórica de enquadramento, dois casos clarificam que as normas do plano de reconstrução de Eugénio dos Santos podiam ser rompidas. Refiro-me, em primeiro lugar, ao teatro de ópera de S. Carlos, construído em 1792-93, sobre desenho do arquitecto neo-clássico, formado em Itália, José da Costa e Silva, num terreno difícil entre as ruas Nova dos Mártires (actual Serpa Pinto) e a futura Rua dos Duques de Bragança, então só parcialmente aberta. O facto de a fachada principal abrir para um pequeno largo rectangular, vocacionando-o para funcionar como espécie de amplo vestíbulo exterior de acesso, interrompeu o desenho ortogonal da rua, com uma marcação de conforto urbano. Este gesto enunciava a linha futura do que já designei por “urbanismo romântico” (Silva, 1997; 1999): sem contraditar o ordenamento reticular do pombalino, pretendia-se valorizar a acidentada topografia da cidade, dotando-a de espaços de descompressão e de enriquecimento imagético.

Sentido idêntico reveste o pequeno Largo do Barão de Quintela, aberto, por iniciativa do mesmo Barão de Quintela, no espaço fronteiro à sua casa-nobre, na Rua do Alecrim, edificada na década de 1780. A Rua interrompia-se assim, num alargamento cenográfico, valorizador da fachada do palácio - uma das mais importantes peças da arquitectura mariana - mas também da carga retórica do percurso ascencional que do Cais Sodré se desenrola até ao Largo das duas Igrejas (actual Praça de Luís de Camões).

Fora da área abrangida pelo Plano de Eugénio dos Santos, fora delineado, logo na década de 1764, com risco de Reinaldo Manuel, o primeiro Passeio Público de Lisboa, cuja ortogonalidade - bem encaixada nas Hortas da Cera e Valverde, adquiridas ao Marquês de Castelo Melhor - casa bem com o geometrismo da planta da Lisboa reconstruída (Silva, 1994: 425-434). À sua ilharga, foi aberta a Rua Oriental do Passeio cujos prospectos prediais se executaram no seu primeiro troço. Mas na Rua Ocidental, o urbanismo anulou-se face às vastas terras do mesmo Marquês de Castelo Melhor que, no início dos anos de 1790, aí começa a erguer o mais faustoso palácio da Lisboa pós-terramoto, delineado pelo italiano Francesco Fabri que trabalhará, no início do século XIX, nas obras do Real Palácio da Ajuda. Engrandecido cem anos mais tarde, quando passou a ser propriedade do Marquês da Foz, o início da construção desta casa influenciou certamente as últimas gerações dos arquitectos das Obras Públicas, na senda de um neo-classicismo bastante conservador que, como já referi, é uma das vias de afirmação do “segundo pombalino” (Silva, 1999: 21-25).

Para densificarmos este tópico, interessa, ainda que superficialmente, considerar que o “segundo pombalino” se insere nas dinâmicas culturais do reinado de D. Maria I. Utilizando trabalho anterior (Silva, 1997: 22-26), relembro que as décadas finais do século XVIII beneficiaram, e produtivamente ultrapassaram, o impulso desenvolvimentista que Pombal representou - mas que vinha já do reinado de D. João V - libertando-o do espírito mercantilista e centralizador em favor de uma liberdade moderna, no seio da qual a celebrada burguesia pombalina não definiu, antes adquiriu maior consistência social e teve de lutar com menores entraves estatizantes. O fim do despotismo traduziu-se numa desdramatização política, restringindo a governação ao seu lugar próprio, menos determinante e interventivo, além de ter feito justiça a dezenas (ou centenas?) de perseguidos, muitos deles injustamente, mesmo quando nos referenciamos pelo quadro mental de uma sociedade de Antigo Regime.

No campo cultural, bastará evocar indicadores díspares para se delinear uma conjuntura progressiva, relativamente aberta aos reptos de uma época de transição, sem pôr naturalmente em causa os referenciais do regime que ninguém julgaria então tão próximo de um catastrófico final. Citem-se, como exemplos, a fundação da Academia Real das Ciências (1779) e da Aula Pública de Debuxo e de Desenho no Porto (1779) ou a Academia do Nu em Lisboa (1780) e da Casa Pia no mesmo ano, a organização das bibliotecas do Convento de Jesus e a Pública de Évora, sob a acção de Frei Manuel do Cenáculo, as múltiplas iniciativas, nomeadamente nas áreas do urbanismo e da arquitectura, de D. Francisco Gomes de Avelar, Bispo do Algarve, a actividade de Jean Pillement no Porto e em Lisboa (desde 1780), a carreira de Marcos de Portugal e Luísa Todí, ou de Domingos António de Sequeira e Vieira Portuense, a obra poética de Nicolau Tolentino, Francisco António Gonzaga ou Barbosa du Bocage, as expedições científicas no Brasil e em África (desde 1783).

Foi neste ambiente, relativamente cosmopolita, que os edificadores da nova Lisboa se foram apropriando dos modelos do pombalino, introduzindo, nas fachadas, na organização interna dos fogos e na inserção urbana, intencionais sinais de diferenciação. Se se tiver em conta a diversidade de opções estéticas e estilísticas que as igrejas reconstruídas manifesta, por exemplo, entre a contenção de matriz ainda jesuíta nos Mártires e a animação rococó de Santo António (Silva, 2004: 108-115); se não se esquecer a continuada importância do estaleiro do Palácio de Queluz mas também grandes obras utilitárias, edificadas nas margens da renovação da Cidade (o Celeiro Público, a Ocidente, o Quartel do Conde de Lippe e a Cordoaria, a Oriente);

compreender-se-á que, depois do choque inicial, a reconstrução de Lisboa se foi tornando, ela própria, um elemento de um conjunto complexo que recebe e emite impulsos significantes.

Para além da Baixa: o crescimento ocidental de Lisboa

“Além da Baixa” é o título de uma obra referencial de Walter Rossa, publicada em 1998, em que, para contextualizar a reconstrução de Lisboa depois do terramoto, o autor recua às dinâmicas e problemáticas edificatórias do reinado de D. João V e, ao mesmo tempo, indaga outros pólos de urbanização de que o Bairro das Amoreiras, articulado com a Fábrica das Sedas ao Rato, é uma realização maior do arquitecto Carlos Mardel. Mas, na apropriação que aqui retomo de investigações anteriores, “para além da Baixa” refere outra realidade: a emergência de uma espécie de “anti-Baixa”, erguida ao mesmo tempo que a Baixa, mas com outra eficácia.

Foi José Sarmento de Matos quem, pela primeira vez, abordou este tema, para enquadrar o nascimento de *Uma casa na Lapa*. Estudou então o espectacular desenvolvimento desse bairro periférico, erguido pela iniciativa das freiras Trinas, ali sedeadas, mas também de alguns nobres que ali detinham terras. Sintetizando as suas conclusões, os loteamentos iniciaram-se nos meses imediatamente seguintes ao terramoto; foram, sistemática e reiteradamente proibidos por ordens do Marquês de Pombal que ninguém cumpriu; basearam-se num jogo eficaz entre as solicitações permanentes e diversificadas da procura (por parte de quem ficara sem casa mas também, rapidamente, de empreendedores expeditos) e os procedimentos tradicionais de abertura de ruas, loteamento e edificação; apesar das proibições oficiais, houve certamente a colaboração de Casa do Risco das Obras Públicas, numa fase precoce do delineamento do bairro e, depois, tentativas para a sua normalização como prova o *Mappa topográfico dos Terrenos que medeião entre a Pampulha e a Calçada da Estrela...*, assinado pelo arquitecto António Ferreira e datável do início do reinado de D. Maria (Matos, 1993: 60-61).

O crescimento da Lapa não foi facto isolado. Aliás, se a intensidade do seu ritmo se deve ao terramoto e aos pesados constrangimentos do Plano da Baixa, o seu contexto tem raízes anteriores, detectáveis desde a época de D. João V, como Walter Rossa analisou, por exemplo para a enorme área da recente freguesia de Santa Isabel (Rossa, 1998). Então, poucos anos antes do terramoto, o engenheiro Manuel da Maia, que

delineará a metodologia do Plano da reconstrução da Baixa, já alertava para os riscos do crescimento desregrado que se verificava nessas zonas de expansão. Depois, todos os ritmos se acentuaram, do Rato à Estrela e desta em direcção a Campo de Ourique e Campolide. Abrem-se ruas, constroem-se barracas maiores e menores, depressa reconvertidas em casas de pedra e cal que, em muitos casos, virão a ser sucessivamente melhoradas. Ao contrário do que acontece com a Lapa, não se conhece, por enquanto, nenhum *Mappa* destas obras. Mas ele existiu certamente, numa peça única ou, mais provavelmente, em unidades parcelares. É o que manifestam as inspecções realizadas pelo Arquitecto Manuel Caetano de Sousa às edificações erguidas, nos anos de 1780, em terras desanexadas da Quinta de S. João dos Bemcasados, designando sempre “o *Mappa* geral deste Prazo” (Silva, 1997: 53-54)..

Outros focos de urbanização existiram, por exemplo a norte da Junqueira, subindo em direcção da Ajuda. Em todos eles se verifica uma grande liberdade de iniciativa edificatória, adequada a interesses concretos. Mas o caso mais paradigmático será o da zona declivosa entre o sítio da Patriarcal Queimada (actual Praça do Príncipe Real) e o vale de S. Bento onde a urbanização se iniciara antes do terramoto, por iniciativa do Morgado da Cotovia e do mestre pedreiro Luís António Seabra, ampliando-se depois do cataclismo, sem que se possa detectar qualquer diferença nas opções técnicas tomadas. Poder-se-á dizer, com adequação, que o terramoto não passou por ali, nem física nem simbolicamente, continuando-se a “fazer cidade” segundo normas consolidadas que, no essencial, remetem aos princípios do quinhentista Bairro Alto (Carita: 1990).

Estas impressões continuam a carecer de uma análise mais fina que, a par de evidentes continuidades, permitirá detectar influxos do labor, mais erudito e mais moderno, da Casa do Risco das Obras Públicas onde o Plano da cidade baixa fora delineado. Por isso, a “anti-baixa”, que manifesta extraordinário dinamismo demográfico e a capacidade de iniciativa de agentes muito diversos, comporta situações aparentemente contraditórias: ela é orgânica, tradicional, dominada por interesses particulares, diversa nas soluções, sem monumentalidade arquitectónica, aspectos em que, de facto, é antítese da Baixa⁷; mas a sua desordem foi, em momentos fundamentais, reordenada ou

⁷Segundo a obra clássica de Lewis Mumford (1998:329), estes são traços caracterizadores do “*planeamento orgânico*” da cidade medieval: “*não começa com uma finalidade preconcebida: move-se de necessidade em necessidade, de oportunidade a oportunidade, numa série de adaptações que se tornam, elas próprias, cada vez mais coerentes e cheias de propósitos, de tal forma que geram um plano complexo final, dificilmente menos unificado que um modelo geométrico pré-formado*”.

contida pelas novas capacidades urbanísticas que revelam uma tolerância conivente e uma espécie de pragmática capacidade para valorizar as iniciativas particulares, numa aliança significativa com a topografia e a acumulada história dos sítios. Sugere-se assim que a vivacidade das práticas urbanísticas mais antigas poderá também ter contaminado algumas decisões em relação às zonas reconstruídas, sobretudo na sua articulação, que é sempre notável de inventividade, com as adjacências anteriores. Também aqui há vasta matéria para investigação. Provisoriamente, considero que a normalização rígida do Plano de reconstrução da cidade, impondo uma modernidade inédita, foi uma solução pensada para um território determinado e que, fora dele – desde logo nas suas margens de cerzimento – ninguém defendeu a sua generalização sistemática a bairros que possuíam dinâmicas antigas de crescimento urbano⁸.

Novos centralidades e enfraquecimento do centro político

Outra vertente de estudo e reflexão sobre a reconstrução de Lisboa, que tem sido bastante marginalizada, respeita à sua evidente incompletude. Com esta afirmação não me refiro às intenções, bastante imprecisas e imediatamente descontinuadas, de aplicação da malha urbanística ortogonal, aperfeiçoada na Baixa, a zonas então limítrofes que pouco foram atingidas pelo Terramoto (Rossa, 1998). Esse desejo inscreve-se numa espécie de pulsão edificatória que é própria de um estaleiro de obra com as dimensões que a Casa do Risco das Obras Públicas de Lisboa atingiu. Talvez se relacione também com a real febre edificatória que, como se acabou de evocar, muitos particulares, laicos e religiosos, promoveram nas freguesias de S. Mamede, Santa Isabel e da Lapa, pretendendo submetê-la a regras precisas de projecto e execução de obra que nem sempre eram observadas.

As dinâmicas urbanísticas e edificatórias em presença podem ser sintetizadas na demografia: depois do terramoto, a população de Lisboa desapareceu em grande parte da Baixa e freguesias limítrofes, do Sacramento, Santa Catarina e S. Paulo. Voltará lentamente, e sem grande convicção. Por duas razões fundamentais: porque a nova cidade demorou décadas a ser de facto edificada (até aos anos de 1790 e, mesmo assim,

⁸ Um dos casos mais interessantes e que acaba de ser estudado (Alegria, 2008) é o loteamento do lado oriental da Rua da Madalena que utiliza três metodologias diversas: loteamento integralmente novo, dentro dos princípios ordenadores da Baixa, até ao cruzamento com a Rua da Conceição; normalização parcial dos lotes antigos, sobretudo a sua frente, até ao Largo do Caldas; manutenção do loteamento antigo no troço final da Rua.

com bastantes áreas que permaneceram arruinadas o que não quer dizer desabitadas); porque os prédios pombalinos, além de caros, propunham novos modelos de habitabilidade que se adequarão mais ao futuro do que àquele tempo em que a “desordem vivencial” do Antigo Regime requeria amplos espaços de logradouros e quintais quase inexistentes na nova cidade. Pelo contrário, primeiro por medo, depois por condições bastantes flexíveis e adequadas, os lisboetas instalam-se do Rato a S. Bento e S. João dos Bemcasados, na Lapa e na Junqueira até à Ajuda, onde havia abundância de terrenos livres e poucas normas para a edificação.

Deste modo, o terramoto gerou duas cidades: a erudita e estatizada, gizada pela Casa do Risco e fortemente condicionada na sua concretização; outra, popular e aristocrática, resultante de aforamentos e subaforamentos particulares e de tradições edificatórias que recuavam ao século XVI, quando se delinea o Bairro Alto.

Com o passar dos anos, o abrandamento da autoridade do Estado após a queda política do Marquês de Pombal, a importante dinamização económica e social, característica do fisiocratismo dos primeiros anos do reinado de D. Maria I, e a crise da pujança autoritária da engenharia militar, confrontada com os interesses de arquitectos com formação italiana (como José da Costa e Silva e Francisco Fabri que hão-de apropriar o projecto do novo Palácio da Ajuda), as “duas cidades” haviam de se miscigenar produtivamente, como bem revela a edificação tardia do Chiado e da Rua da Emenda, bem como a da Rua da Madalena, onde o cumprimento do Plano pombalino permanentemente se flexibiliza, tanto na organização dos lotes como nas variáveis resoluções arquitectónicas. Por outro lado, o modelo de prédio pombalino, mais ou menos adulterado, nos sistemas construtivos, na organização dos fogos ou nos dispositivos decorativos e imagéticos, emigrará em todas as direcções, como corpo fundamental de fazer cidade.

Um dos aspectos mais interessantes das alterações em relação ao Plano, enunciado por Manuel da Maia, diz respeito ao Palácio Real. Sintetizando as suas propostas, elas previam a criação de um novo centro político de Lisboa, com palácio e habitação cortesã, na freguesia de S. João dos Bemcasados, entre o limite norte da Rua de Sol ao Rato e a que é hoje a Basílica da Estrela, avançando para o território actual de Campo de Ourique. Esta vasta área foi oficialmente demarcada, embora, desde logo, cedida para a edificação particular, em contratos legais, registados notarialmente com a

cláusula inibitória da sua cedência imediata quando a obra do Palácio se iniciasse (Silva, 1977: 54-55).

A proposta de Manuel da Maia retomava, com menos aparato, a intenção de D. João V que, antes de decidir edificar o Convento de Mafra, chegara a encomendar estudos para a construção de um novo palácio, a instalar em alto promontório, nos limites de Campolide e com acesso espectacular pela ribeira de Alcântara que seria alargada. Ou seja, como definitivamente demonstrou Walter Rossa, o terramoto determinou a resolução da cidade cuja premência se fazia sentir desde o início do século XVIII, para adequar às exigências do crescimento demográfico, da intensidade da vida social e económica e, naturalmente, do acréscimo da circulação viária (Rossa, 1997: 23-36). A catástrofe exigiu uma imprevista aceleração da decisão, elemento indisciplinador das opções que levou a perda de algumas e à reconversão de quase todas.

À luz do contexto dramático em que a reconstrução de Lisboa ocorreu, com a população aterrorizada e grande parte das casas, igrejas e palácios perdidos, foi excepcional a capacidade de parar alguns meses para pensar, proibir intervenções particulares na Baixa e, finalmente, edificá-la com mão de ferro, executando, no essencial, o plano que fora aprovado. Entende-se também que as obras tivessem começado ali, onde era necessário reinstalar o comércio e os serviços que, desde a época manuelina, constituíam a imagem da cidade cosmopolita. A novidade, em relação à velha Baixa, era a sua reordenação racional e pragmática, reforçando a articulação com o sítio do Rossio e criando condições inéditas de segurança e eficácia de circulação. Quanto ao velho Terreiro do Paço, ele perdia o palácio mas o aparelho de Estado instalava-se com uma nova grandeza que, é verdade, parecia adivinhar tempos, afinal próximos, em que o próprio rei seria dispensado. Seguindo a simbologia (mas não as funções) das *places royales* que, em França, vinham disseminando a imagem do rei por todo o território, a Praça do Comércio adornou-se com a Estátua Equestre de D. José I, com grande ganho urbanístico e artístico, considerando a qualidade da obra do arquitecto Eugénio dos Santos e do escultor Machado de Castro.

Adiava-se, portanto, o palácio real e o bairro residencial para a corte, nesses anos imediatos à catástrofe. Aliás, o rei e a sua família, que haviam escapado incólumes à destruição da sua casa histórica por se encontrarem no Palácio de Belém, nem queriam ouvir falar em edificações de pedra e cal. Representando bem o medo e a resposta, por

este determinada, de quase toda a população de Lisboa, instalar-se-ão, com pompa crescente, na Real Barraca da Ajuda (Carvalho, 1979). Ali ficaram, até que ela ardeu em 1794. Entretanto, D. Maria sucedera a seu pai, o Marquês foi exilado em Pombal (logo em 1777) e da parcela essencial da nova Lisboa, o seu centro político, parece que nunca mais ninguém falou. Ainda nos primeiros anos de 1800, os contratos notariais continuam a registar o terreno demarcado em S. João dos Bemcasados e a comprometer os edificadores a libertá-lo a todo o tempo que Suas Majestades decidissem mandar construir o seu Palácio.

Vale a pena recordar que, certamente antes do incêndio da Real Barraca da Ajuda em 1794, o arquitecto José da Costa e Silva foi encarregue de propor a construção do Palácio real na Praça do Comércio, eventualmente pelo Marquês de Ponte de Lima (Silva, 1997: 165). Esta decisão, que comprova quanto os princípios da projectação de Manuel da Maia estavam ultrapassados e eram incompreendidos, tinha, no entanto, razão de ser. Basta lembrar que D. Maria I muitas vezes estanciava no “Real Paço de Lisboa”, pobremente instalado em parte do edifício do Real Senado, prolongado, através de passadiço, pela ala norte da Praça do Comércio. Essas ocasiões, segundo o indispensável *Diário de William Beckford*, enchiam a “Grande Praça” de “*ociosos de toda a espécie e de todos os sexos, os olhos arregalados para as janelas iluminadas do palácio na esperança de verem Sua Magestade, o príncipe, as infantas, o confessor e as damas de honor circulando de sala em sala e dando ampla margem a divertidas conjecturas*” (Beckford, 1983: 77).

Reviviam-se assim, na Praça ainda em construção, tradições ante-terramoto, situação que deve ter pesado na intenção do Ministro da Rainha e a que José da Costa e Silva procurou aparentemente conformar-se, propondo “*desmanchar-se a parte que está feita do arco da rua Augusta*”, que daria lugar a “*hum bello e elegante frontispicio*”, e juntar ao Paço existente “*a rua nova de el Rey, e tambem os dous quarteiroens immediatos de casas, que ficaõ entre a dita rua nova de el rey, e a outra chamada dos Algibebes*”. Desse modo, obter-se-ia “*huma ilha toda unida, cuja planta seria um quadrilatero, o primeiro e principal lado do qual seria o da Real praça do commercio, o segundo o da rua dos ourives da prata, o terceiro o da rua dos Algibebes, e finalmente o quarto o da rua Aurea*”. E embora considerasse que, nesta solução, havia o inconveniente da “*Rua Augusta (ficar) um pouco abbreviada*”, acrescentava que “*acabando ella, e*

terminando-se contra huma das principaes frontarias do palacio Regio, ficaria mais vistoza e com maior decoro” (Silva, 1997: 165).

Felizmente, esta estranha hipótese não foi por diante. Depois do incêndio da Real Barraca, num momento de breve pujança nacional, os ministros de D. Maria I decidiram finalmente encomendar o novo Palácio Real. O sítio escolhido foi o alto da Ajuda, adjacente à *Barraca* ardida, sobre a íngreme colina onde dominava o Quartel do Conde Lippe e, mais acima, o belo Jardim Botânico que o Marquês de Pombal fizera construir para a educação científica do malogrado príncipe D. José, o herdeiro de D. Maria I que, entretanto, morreria. À volta, os serviçais de corte tinham-se vindo a instalar desde o terramoto, sem especial aparato de encomenda arquitectónica, gerando-se de facto, quase clandestinamente, um centro cortesão que, curiosamente, se articulava sobretudo com os limites da cidade: a sul, com o pequeno mas eficaz Palácio de Belém onde a rainha recebia; para oriente com os palácios mais ostensivos da Rua da Junqueira, iniciados sob o esplendor de D. João V; para lá da circunvalação da cidade, o Intendente Pina Manique - uma das mais notáveis personalidades da governação da capital na época mariana - mandara alargar e arborizar a estrada que conduzia a Queluz onde o rei consorte, D. Pedro III, edificara e progressivamente enriquecera um modesto pavilhão de caça, transmutando-o noutra sede da corte, o nosso Versailles onde, ao contrário do modelo francês, os reis passeavam e quase não governavam.

A rápida projectação do novo Palácio da Ajuda (da autoria do arquitecto Manuel Caetano de Sousa e de José da Costa e Silva e Francisco Fabri que, numa fase inicial da edificação, alteraram consideravelmente o projecto) não teve a mesma rapidez de edificação. Foi uma obra arrastada e comprometida na voragem política do final do Antigo Regime, primeiro com os ecos da revolução Francesa e, logo depois, com a instalação da corte no Rio de Janeiro. Do ambicioso projecto inicial, apenas um terço seria concluído já depois da revolução de 1820 que, com a mudança de regime, alterava significativamente os rituais de corte e da governação. Também por essas razões, o Palácio foi (é ainda) um corpo distante, numa das pontas da cidade que nunca gerou qualquer centralidade.

Em relação ao plano inicial da reconstrução, é interessante pensar-se que, numa das orlas do terreno demarcado, por ordens de Manuel da Maia, para a edificação do novo Palácio Real, seria erguida, no início do reinado de D. Maria I, a Basílica da Estrela,

fábrica notabilíssima cuja estética barroca, oriunda de Mafra, marca, no céu de Lisboa, um dos seus ícones mais reconhecidos. A cidade retomava a sua existência múltipla, fugindo da norma constrangente dos planos utópicos da refundição pós-terramoto.

No final do ciclo da reconstrução de Lisboa, que, no essencial, coincide com a partida da família real para o Brasil, a cidade apresentava-se mais rica, complexa e ordenada mas também, definitivamente, mais descentrada. A Praça do Comércio e a retícula das ruas da Baixa até ao Rossio eram um amplo bairro expectante, cuja vocação administrativa, política, financeira e comercial só virá a consolidar-se nas primeiras décadas do regime liberal. O Chiado afirmou-se mais cedo, graças à presença de algumas casas nobres e palácios, de botequins e livrarias, sobretudo do Real Teatro de S. Carlos que, no início da década de 1790, se constituiu como coração daquele bairro aristocrático e boémio. As evidentes continuidades e as não menos visíveis descontinuidades entre estes dois bairros, quase integralmente reconstruídos, dão a ver as extraordinárias capacidades projectuais da Casa do Risco das Obras Públicas que tanto foram rigorosas e estritamente determinadas, como abertas e revisionistas em relação aos seus próprios princípios, conformando-os com a topografia, as memórias históricas dos sítios e os interesses dos investimentos em presença.

Os diversos “pombalinos” e “anti-pombalinos”, que coexistem nos desempenhos urbanísticos e arquitectónicos deste momento único da reafirmação de Lisboa como capital, têm que ser finamente estudados: em relação às personalidades e obras de arquitectos das Obras Públicas bem distintos, como foram Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Reinaldo Manuel, sem esquecer a actividade intensa de outros, vindos directamente dos estaleiros de Mafra ou Queluz, como Mateus Vicente e sobretudo Manuel Caetano de Sousa; em relação aos interesses dos encomendadores que, quando investem – como o Marquês de Pombal ou Pina Manique – preferem os modelos pré-programados do primeiro pombalino, mas, quando constroem para si mesmos, continuam a requerer a memória dos faustos joaninos ou, com alguma pressão dos interesses estéticos de novos arquitectos, como Costa e Silva e Francesco Fabri, as novas estéticas neo-clássicas; em relação aos contextos políticos em que as decisões são tomadas, aprofundadas, esquecidas ou alteradas (aconteceu de tudo no processo da reconstrução) na transição dos dois reinados, não por corte anti-progressista mas por abertura fisiocrática e pré-liberal à multiplicidade dos interesses em presença.

Entretanto, ainda expectante, continuava um gesto urbanístico ousado dos anos de 1800: a abertura do Passeio Público do Campo Grande, ordenada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e executada pelo arquitecto José Manuel de Carvalho Negreiros (Silva, 1997: 179-185). Mais do que o jardim em si, longínquo e de difícil acesso, interessa registar que, para o seu projectista, ele deveria ser o coroar de uma aprazível alameda articulada com o Campo Pequeno. A quase cem anos de distância, enunciava-se assim, de um lugar de utopia, a futura extensão norte da cidade que a Câmara Municipal de Lisboa haveria de promover sob a direcção do engenheiro Frederico Ressano Garcia. Tal era possível por duas ordens de razões: as potencialidades do plano pombalino que, com a articulação ortogonal entre a Praça do Comércio e o Rossio, claramente apontava o eixo norte como a linha de sentido predominante para o futuro alargamento da capital; a sensibilidade já pré-romântica dos homens de 1800 que, embora tivessem ainda que gerir uma cidade marcada pela catástrofe, preferiam imaginá-la descentrada e múltipla, liberta dos poderosos condicionamentos que o Marquês de Pombal lhe impusera. Este desejo de “outra coisa”, característico da mundivivência romântica, vivia sem conflitos com a Lisboa antiquíssima onde a falta de “canos gerais” continuava a impor o lançamento de dejectos para as ruas dos bairros populares e o fausto das procissões, sobretudo a do Corpus Christi, se constituíam como os momentos mais fortes da vida colectiva.

II – LISBOA LIBERAL E ROMÂNTICA

As primeiras duas décadas do século XIX, marcadas pela guerra europeia contra a França de Napoleão e, particularmente no caso português, pelas invasões francesas e pelo estabelecimento da capital do reino no Rio de Janeiro, foram desastrosas para o desenvolvimento do país, conduzindo ao colapso dos modelos oriundos do mercantilismo pombalino e do fisiocratismo mariano sem que nenhum outro fosse entretanto implementado.

Esta situação de crise generalizada, que a consciência romântica do tempo viveu com profundo sentimento de orfandade devido à ausência do rei e da corte, determinou uma progressiva paragem em relação ao promissor desenvolvimento da cidade de Lisboa, bem simbolizada no arrastamento, redução e interrupção da mais importante obra pública do início do século, o Palácio da Ajuda.

Falhado o propósito de criar uma escola moderna de arquitectura, que José da Costa e Silva ainda delineou e inaproveitado o talento de Francisco Fabri pela quase ausência de encomendas, Lisboa permaneceu entregue à gestão da Intendência das Obras Públicas, sobrevivência sem brilho da estrutura montada pelo Marquês de Pombal para a reconstrução pós-terramoto. Os sucessivos engenheiros que a dirigem, entre os quais avulta o nome do Capitão Engenheiro Duarte José Fava, limitam-se a gerir administrativamente os últimos actos de abertura de ruas, movimentação de entulhos e loteamentos, de acordo com o plano pombalino que os proprietários de terrenos resistiam a cumprir.

A extinção dos conventos

O triunfo do liberalismo em Portugal decretou a extinção dos conventos. Os procedimentos implicados nesta verdadeira revolução jurídica, social e cultural, foram enunciados no Decreto de lei de 30 de Maio de 1834, visando generalizar, normalizar e controlar um processo que, no caso de Lisboa, estava de facto já em curso desde meados do ano anterior. A diminuição sistemática do número de religiosos regulares, a situação de guerra civil em 1833-34 em que muitos se envolveram, quase sempre do lado dos absolutistas, as exigências dos confrontos no terreno, levando à ocupação estratégica de muitos edifícios que rapidamente foram apropriados pelos liberais, a generalizada crise económica e social implicando a drástica redução de receitas e proventos, enunciam um conjunto de factos que acelerou a decadência dos institutos conventuais.

Na capital, os conventos masculinos extintos (os femininos manter-se-ão em funcionamento até ao início do século XX) destinaram-se, predominantemente, à instalação dos serviços do novo Estado burocrático e altamente centralizado que seguia linhas de concretização propostas pelo Código de Napoleão. Como exemplos maiores, também em termos simbólicos, refira-se que as “Cortes” (designação oitocentista do Parlamento) se instalaram no ex-Convento de S. Bento; que os quartéis ocuparam os ex-conventos da Graça, do Carmo, dos Paulistas, de S. João de Deus, da Ajuda; que as recém-criadas Academia de Belas-Artes e Biblioteca Nacional se instalaram no ex-convento de S. Francisco que dividiram com a sede do Governo Civil de Lisboa, enquanto o Conservatório Nacional foi para o ex-convento dos Caetanos e a Academia Real das Ciências para o ex-convento de Jesus. Quanto aos hospitais, eles já se vinham instalando nas grandes casas dos jesuítas, desde que o Marquês de Pombal os expulsara de Portugal. Era o caso do Colégio de Santo Antão, actual Hospital de S. José. No

reinado de D.Maria será a vez do Colégio de S. Francisco Xavier (Santa Engrácia) onde se instalou o Hospital da Marinha, com um notável projecto de adaptação, elaborado pelo arq. Francesco Fabri. Muito mais rara, foi a concessão do ex-convento de Xabregas para instalar a Companhia de Fiação Lisbonense.

Foram raras também as situações de demolição integral. Foi o caso do Convento da Trindade, do Convento de S. Domingos (mas a igreja foi mantida), do Convento do Corpus Christi e do Convento de Espírito Santo da Congregação do Oratório, devendo considerar-se que, à excepção do primeiro, eles tinham já sido profundamente intervencionados, no âmbito da reconstrução da cidade depois do terramoto, adaptando-se ao loteamento e à disciplina arquitectónica do Plano.

Sistematicamente, a análise da vasta documentação sobre os processos de extinção e a venda ou reconversão dos conventos extintos, permite verificar que não houve, nesta matéria, qualquer estratégia por parte do governo (Silva, 1997: 245-275). As ocupações foram-se sucedendo, ou alterando e conflituando, ao sabor dos interesses em presença, em primeiro lugar do poder militar que se manteve poderosíssimo até ao meio do século, quando, com o movimento da regeneração de 1851, termina de facto o clima de guerra civil. Hoje ainda, no centro histórico de Lisboa, permanecem inúmeras situações de desadequada instalação de importantes serviços, decorrentes dessa falta de planificação e estratégia na reconversão dos edifícios conventuais. Por outro lado, quando, aparentemente, as mudanças foram mais radicais, elas também não se traduziram em qualquer afirmação de novos princípios ou critérios de urbanização. Cite-se o caso do desaparecimento do histórico Convento da Trindade, fundado no século XIII, que permitiu a abertura da Rua da Trindade, sinuosamente articulada com a Rua Nova dos Mártires (actual Serpa Pinto), através do Largo Rafael Bordalo Pinheiro. O loteamento dos terrenos confinantes foi uma das raras operações urbanísticas da década de 1840, manifestando uma conformação às pré-existências o que explica a irregularidade e estreiteza do novo arruamento, e, desse modo, o claro enfraquecimento da capacidade de desenho urbano da Casa do Risco das Obras Públicas. Quanto à arquitectura predial ali implantada, ela manifesta também a crise e sobrevivência dos modelos pombalinos; as fachadas, por exemplo, vão perdendo as componentes eruditas de composição, abrindo-se a um gosto decorativo eclético que expressa desejos de diferenciação dos encomendadores e dos próprios projectistas que, até ao momento, não é possível identificar (Silva, 1997: 366-371).

Outro caso vale a pena referir. Trata-se do vasto ex-convento do Espírito Santo da Congregação do Oratório que, também desde o século XIII, se implantara entre a Baixa e a colina do Chiado. Reconstruído depois do terramoto, ele conformou-se espectacularmente à norma urbanística pombalina, centralizado no início da Rua das Portas de Santa Catarina (actual Rua Garrett) e descaindo, de um lado e outro para a nova Rua do Carmo e a seiscentista Rua do Almada. Com a extinção, o corpo central da igreja foi vendido a um particular, o Barão de Barcelinhos, que a reconvertiu em palácio, com alterações mínimas, mas profundamente simbólicas, na organização da fachada cuja modulação integralmente permaneceu. Quanto aos corpos laterais, divididos em numerosas parcelas, foram vendidos em hasta pública, com amplo proveito para o Estado, como aconteceu, aliás, com os prédios do ex-convento de S. Domingos ao Rossio. No entanto, num caso e outro, não houve grandes obras de reconversão, mantendo-se as fachadas submetidas ao desenho pombalino do Plano de Eugénio dos Santos. Como tenho vindo reiteradamente a referir, a sua qualidade, moderna e prospectiva, foi capaz de acolher a mudança do Antigo Regime para o Liberalismo. Então os conventos mantinham-se, com os seus privilégios e autonomia em relação ao Estado, mas a sua imagem arquitectónica já fora profundamente laicizada. Tratava-se agora, essencialmente, de reverter os usos. Mesmo assim, deve considerar-se que esta última reconversão, imposta pela extinção do clero regular que tão determinante fora na própria elaboração da cidade, teve imenso significado simbólico, abrindo portas antes fechadas, intensificando os fluxos e as circulações, dessacralizando as funções de assistência, de educação e de organização administrativa da sociedade e concentrando a prática religiosa nos lugares precisos das igrejas paroquiais.

Marcas do urbanismo romântico

No rescaldo da revolução de 1820, os súbditos tornados cidadãos desejaram marcar, no corpo da cidade, o triunfo dos novos ideais políticos. Por isso, a câmara municipal começa a recuperar iniciativa e competências que perdera desde a governação do Marquês de Pombal mas a sua actuação urbanística é eminentemente empírica, conduzida por sucessivas comissões “compostas de pessoas inteligentes e possuídas de um verdadeiro patriotismo” (Silva, 1997: 278-279).

Na documentação dos serviços técnicos, mantém-se, até cerca de 1850, a referência expressa ao Plano da reconstrução da cidade, como instrumento determinante da sua planificação. No entanto, vão-se somando sinais que apontam noutro sentido, ou melhor em diversos e não consertados sentidos: uma mescla de iniciativas avulsas que, utilizando o termo epocal, visam o “aformoseamento” da cidade⁹. Sendo verdade que, nessa designação, podem caber questões de higiene, circulação e abastecimentos básicos, ela visa essencialmente uma indeterminação, servida por meios igualmente indeterminados: que Lisboa seja mais bela do que foi no passado. Correndo alguns riscos, tenho designado este tempo urbanístico e arquitectónico da cidade como “romântico”. Os riscos respeitam ao facto de o conceito ser eminentemente culturalista, vindo da literatura para as artes plásticas e, mais indecisamente, para a arquitectura, caracterizando estilos e a sua predominante temporalidade. Ora as cidades, como se sabe, acumulam e sobrepõem tempos e culturas, em longas durações heterogéneas que muito se distinguem dos ciclos das artes. Ao contrário do que pretendeu, a cidade não é evidentemente “uma obra de arte”¹⁰ e, por isso, é abusivo designá-la de barroca, iluminista ou romântica. Mesmo assim, os historiadores, quando possuem uma cultura da história da arte, como é o meu caso, constantemente detectam contaminações produtivas entre as artes móveis (um livro, uma pintura ou uma casa) e o palimpsesto que a cidade histórica constitui.

No caso em análise, “Lisboa romântica” é, em primeiro lugar, efémera, aliás como todo o romantismo: uma espécie de primeira idade que a maturidade ultrapassará. Situa-se no âmbito da revolução liberal e das suas dolorosas sequelas, no tempo em que se confrontam, até pelas armas, as possibilidades do futuro, difícil e indefinido. Termina

⁹ Vale a pena referir que a questão do “aformoseamento” ou do “embelezamento” é detectada, em Paris, por Jean-Louis Harouel (1993) desde o século XVII: “*Em Paris, é desde 1633 que aparece nos textos reais a afirmação de uma vontade de «embelezamento» que se marcará, por exemplo, no reino de Luís XIV, por uma política de alargamento das ruas*”. No século XVIII, “o embelezamento” “é uma noção muito ampla, misturando preocupações ao mesmo tempo práticas, estéticas – fala-se, na época, de “decoração” – e políticas, muitas das quais se vinham a afirmar desde o século precedente”.

¹⁰ Utilizo a expressão de que parte Donald J. Olsen na sua obra *The city as a work of art*, 1986, em que estuda Londres, Paris e Viena, como modelos da cidade do século XIX. Mas vale a pena recordar que Aldo Rossi, em *A arquitectura da Cidade* (1ª ed. 1966) detém-se no que designa por “*artisticidade dos factos urbanos*”, afirmando: “*Ao interrogarmo-nos sobre a individualidade e a estrutura de um determinado facto urbano, deparou-se-nos uma série de perguntas cujo conjunto parece constituir um sistema apto para analisar uma obra de arte. Ora, apesar de toda a presente pesquisa ser conduzida por forma a estabelecer a natureza dos factos urbanos e a sua identificação, pode-se desde já declarar que admitimos a existência de qualquer coisa na natureza dos factos urbanos que os torna muito semelhantes – e não só metaforicamente- à obra de arte; são uma construção na matéria e, não obstante a matéria, algo de diferente: são condicionados e também condicionantes*”.

por volta de 1850, quando o pragmatismo político chega ao poder com a Regeneração, impondo o fim das ideologias e dos confrontos subjectivos, submetendo-se aos fluxos da economia capitalista internacional que trás o caminho-de-ferro, as estradas e as pontes.

Em segundo lugar, “Lisboa romântica” é, como todas as atitudes românticas, uma criativa hesitação entre o passado e o futuro. Há a nostalgia de um passado longínquo, estudado enquanto idealização (do culto da Idade Média europeia à moda dos exotismos não europeus, ou seja não gregos nem romanos) e das suas mundivivências repetidas e ritualizadas, mas participa-se nas incertezas do presente, laico, cada vez mais determinado pela ciência do que pelas emoções e a religião. Despreza-se, particularmente, o passado próximo, o final dos antigos regimes e da suas culturas predominantemente académicas.

Em terceiro lugar, “Lisboa romântica”, tem, como todo o romantismo, o culto da natureza, rebelde e indisciplinada, expressa em jardins sem eixos determinados nem arbustos aprisionados, ou num abandono de contemplação que elege a história e as suas ruínas como metáfora das incapacidades e medos humanos.

Admitindo que este modo artístico de pensar a cidade é discutível, ele tem-me permitido articular algumas marcas pertinentes ligeiramente inovadoras do urbanismo lisboeta, entre as décadas de 1830 e 1850. Refiro, em primeiro lugar, a criação de um conjunto de jardins, possuindo origens e histórias distintas mas todos eles visando o “aformoseamento” de Lisboa.

Em relação ao Passeio Público - já referido no contexto do Plano de reconstrução - tratou-se, muito estritamente, de aformoseá-lo: desenhar portões e muros mais transparentes, utilizando os gradeamentos de ferro, replantar o terreno com espécies mais diversificadas e adequadas, implantar coretos, uma bela cascata, lagos e esculturas. O objectivo foi plenamente conseguido, tendo em conta o frágil processo de modernização de uma cidade e um país, recém saídos da guerra civil. O “Passeio” abriu-se aos rituais da vida aristocrático-burguesa, vindo o exemplo de D. Fernando de Saxe Coburgo, rei consorte pelo seu casamento com D. Maria II, que ali passeava, rodeado da sua corte de senhoras que estavam a aprender a sair à rua. Na crónica do tempo, filha do dinamismo da imprensa periódica de então, o “Passeio” é considerado o centro cosmopolita da cidade, lugar de encontros amorosos, de celebrações patrióticas ou de caridades públicas, democratizando e trazendo para o espaço da cidade, os complexos

rituais de ver e ser visto que haviam sido inaugurados nas cortes europeias do absolutismo (Silva, 1998: 425-434).

Ao mesmo tempo que se realizavam os primeiros trabalhos de modernização do Passeio Público, criava-se um novo jardim, fronteiro ao ex-convento de S. Pedro de Alcântara, numa das colinas mais belas de Lisboa. O sítio, previsto, nas obras do Aqueduto de Lisboa, como um dos seus elos fundamentais da “galeria do Loreto” (Moita, 1990, 2º vol.: 91), foi transformado no primeiro jardim-miradouro da cidade, palco para a contemplação nostálgica e simbólica da colina do Castelo. Nos anos de 1860, o jardim será acrescido de um novo patamar, encaixado na encosta, e decorado com esculturas celebratórias da História recente, procurando funcionalizar o seu uso como jardim de estar, adequado aos rituais recentes da educação das crianças, passeadas pelas *mademoiselles* ou *misses*. No entanto, a sua vocação, eminentemente romântica, era e continua a ser de miradouro sobre a *Lisboa antiga*¹¹, próxima e distante na acumulação de histórias proposta pelos edifícios facilmente identificáveis. Contemplar a cidade, nos seus elementos pitorescos, como se de uma pintura se tratasse, privilegiando a vetustez dos edifícios que foram perdendo a função e se tornam monumentos, é uma atitude romântica, eivada de emoções fantasmáticas.

Inaugurado a 3 de Abril de 1852, o Jardim da Estrela começou a ser projectado desde 1840, ocupando parte do terreno da praça fronteira à fachada da Basílica da Estrela. Nesse sítio, o Intendente Diogo Inácio Pina Manique sonhara implantar o Monumento a D. Maria I, encomendado em Roma e realizado, entre 1795 e 1798, pelo escultor italiano Domenico Pieri e João José de Aguiar, então bolseiro da Casa Pia naquela cidade. Incidentes diversos, relacionados com a situação de guerra, foram atrasando a chegada da obra a Portugal até 1802, pouco antes de o Intendente ser demitido o que explicará que tivesse acabado recolhido num armazém, antes de encontrar o seu destino final defronte do Palácio de Queluz (França, 1966, 1º vol.: 72-75).

Em consonância com as práticas correntes noutras cidades europeias, o novo jardim é um “jardim à inglesa” a que se aplica o conceito epocal de “pitoresco” nas suas duas vertentes fundamentais: por um lado, a diversificação das espécies plantadas, do arvoredado exótico (oriundo da Madeira, de África e do Brasil) à selecção das plantas para

¹¹ *Lisboa antiga* é o título de uma obra importantíssima de Júlio de Castilho, publicada em 1879 e reeditada, com alterações, entre 1902 e 1904. Nela, consagra-se o culto da Lisboa anterior ao terramoto, com especial para a Lisboa medieval. Deve considerar-se que a sua ideologia nostálgica e historicista já estava em elaboração desde os anos de 1840, nomeadamente através de diversos textos de Alexandre Herculano que contribuíram para a formação de Castilho.

canteiro, em função das possibilidades decorativas da sua floração, uns e outros dispostos com artificiosa “naturalidade”, iludindo esquadrias simples, valorizando a topografia, sob a figura predominante de uma ondulação suave, e propondo recantos mais ou menos autónomos; por outro lado, a utilização de um conjunto, também diversificado, de equipamentos lúdicos que compreendiam pequenos lagos e fontes, grutas simuladas, estufas, quiosques e um pavilhão, desenhado por Pedro José Pezerat, engenheiro e arquitecto chefe da Repartição Técnica da Câmara Municipal (Silva, 2002: 68-73).

Entre os jardins de Lisboa de meados do século XIX, o Jardim da Estrela é a realização mais moderna e completa. Em relação ao Passeio Público, por exemplo, proporcionava percursos múltiplos, abertos à fruição democrática de grupos sociais diversificados, em que as crianças sobretudo contavam mas também uma nascente pequena burguesia de serviços e ofícios, mesclada, nas suas franjas, com a abundante criadagem e os sectores mais estabilizados do operariado. Em relação aos jardins de passagem, como S. Pedro de Alcântara, permitia um corte mais expressivo em relação aos ritmos do quotidiano urbano, possibilitando a vivência lúdica de uma natureza que, com ingenuísmo, ali era proposta como microcosmos de beleza, exotismo e frescura.

Refira-se ainda que, naquela zona nova de Lisboa, para norte da qual, iria nascer o Bairro de Campo de Ourique, havia, desde o século XVIII, um dos mais antigos cemitérios da cidade, criado pela sua colónia britânica. Nesse lugar recolhido, povoado por denso arvoredo, alguns túmulos se destacavam, entre eles o do Príncipe de Waldeck, mandado erigir pelo futuro D. João VI, em 1799, com desenho neoclássico de Francisco Fabri, um dos arquitectos do Palácio da Ajuda. Assim se ia elaborando aquela vasta área que o terramoto centralizara e onde Manuel da Maia ideara o Palácio real.

No conjunto dos jardins de Lisboa, o último e mais prestigiado elo é o Jardim do Príncipe Real, aberto no sítio das “obras do Real Erário” ou, como ainda era chamado também, “da Patriarcal Queimada”, designações que apontam utências ou projectos de curta duração mas de grande carga simbólica. A “Patriarcal” substituíra a que desaparecera, no Terreiro do Paço, na sequência do terramoto; no entanto, grande construção de madeira, ela própria viria a ser consumida pelo fogo. O “Real Erário” fora projectado pelo arquitecto José da Costa e Silva, no final do século XVIII, para ser uma das construções mais faustosas da época, mas a crise de 1790 suspendeu definitivamente os trabalhos, quando mal tinham começado. Depois de outros projectos,

havia de ser o jardim a instalar-se, não como miradouro nem lugar de passeio, mas breve e prazenteira interrupção no início da velha Rua da Fábrica da Seda, actual Rua da Escola Politécnica. O seu modelo é o setecentista *square* inglês, mas aberto para diversos percursos confluentes. À sua volta, estava já a surgir um bairro predominantemente aristocrático de palacetes que sintetizam diversas linhas das práticas arquitectónicas, entre um neo-classicismo elegante, a permanência de valores vernaculares e a rara emergência do revivalismo orientalizante (Tostões, 1994).

Entre os modelos enunciados dos jardins lisboetas oitocentistas, o jardim-miradouro conhecerá outras notáveis realizações, já na década de 1870, na encosta do Torel e no Alto de Santa Catarina, enquanto o Jardim de Santos ou de Campo de Ourique seguirão o modelo do *square* aberto, referenciando novos bairros da cidade. Nesses anos, está também a ser delineado e construído o Jardim Botânico da Escola Politécnica, com outra responsabilidade científica e ocupando terrenos que, desde o século XVI, haviam pertencido aos Jesuítas. Ali haviam eles construído o seu primeiro noviciado que o Marquês de Pombal aproveitaria para instalar o Colégio dos Nobres e que, em meados do século XIX, daria lugar (com edifício construído de raiz mas sob a implantação do anterior) à Escola Politécnica, a primeira consagrada em Portugal à formação de engenheiros. Perdas e ganhos, sob fundo de uma espécie de vocação dos sítios que talvez seja a consolidação de acasos, através das raízes físicas e simbólicas da arquitectura e dos seus mais destacados utentes.

A par dos jardins, interessa referir, para visualizarmos Lisboa do primeiro liberalismo, as transformações que ocorrem no Rossio, a velha praça excêntrica ao centro da cidade medieval que, desde o século XVI, se tornou o coração da cidade popular. O Plano da Reconstrução regularizara-a, numa relação dinâmica com a Praça do Comércio e a centralidade da Rua Augusta. No entanto, até aos anos de 1840, só o lado oriental estava totalmente edificado, permanecendo, do lado oposto, um sequênciã indecorosa de construções pertencentes à Casa de Cadaval que só então, e sob intimações sucessivas, edifica os prédios projectados. No topo norte, existira, isolado, o Palácio da Inquisição, projectado por Carlos Mardel ou Reinaldo Manuel. O incêndio, em 1836, deste austero edifício, que albergava diversos serviços do governo, determinou, depois de inúmeras hesitações, que se procedesse à sua demolição integral, edificando, no seu lugar o Teatro Nacional D. Maria II.

Inaugurado em 13 de Abril de 1846, este teatro é o mais importante edifício público da primeira fase do liberalismo, em primeiro lugar pela qualidade da sua arquitectura neoclássica, delineada pelo arquitecto italiano Fortunato Lodi. Visível nos emolduramentos eruditos das fachadas e, sobretudo, no belo peristilo da fachada principal (um motivo de templete, sustentado por colunas jónicas e coroado por frontão triangular), a estilística neo-clássica possui uma elegância decorativa que aponta a sensibilidade romântica, própria daquele tempo, marcado por hesitações entre a fidelidade às heranças académicas e o desejo subjectivo de as contraditar.

Interessa destacar também que o Teatro Nacional foi um projecto ideológico e simbólico, liderado por Almeida Garrett, um dos fundadores do romantismo literário em Portugal, que via nele um instrumento fundamental para a formação dos cidadãos, numa apropriação romantizada da função do teatro na *polis* ateniense da época clássica. Por isso, embora resultado de uma soma de factos aleatórios e não de deliberação fundamentada, a sua implantação no popular Rossio adquiria particular ressonância significativa, sublinhada pelo monumento a D. Pedro IV, o vencedor da guerra civil e outorgador da Carta Constitucional, erguido na década de 1870, com projecto de arquitecto e escultor franceses, Elias Robert e Gabriel Davioud. À volta deste elegante memorial, a câmara municipal decidiu empedrar a praça com uma composição decorativa de calcários brancos e negros, delineando uma sugestão de ondas. Este procedimento, muito artesanal, será depois utilizado noutras praças e passeios da cidade, tornando-se uma das suas marcas distintivas, que deve pôr-se a par dos azulejos de cobertura das fachadas, idêntica moda da época romântica. O novo Rossio, eminentemente burguês, onde as lojas e botequins começam a modernizar-se, não deixou de ser, evidentemente, uma praça pombalina. Mas, a edificação do teatro e do monumento, bem como a decoração moderna do seu chão, constituíram uma profunda apropriação que, aliás, foi depois continuada, com a colocação das fontes francesas em 1900, e a demolição de prédios pombalinos, no final da década de 1910, para darem lugar ao Hotel Metrópole (Martins, 2004: 145).

O urbanismo romântico em Lisboa - que tenho vindo a caracterizar como um conjunto informal de pequenos gestos apropriadores da cidade antiga – tem outra manifestação de relevo na Praça de Luís de Camões. No lugar em que ela surge, permaneciam, desde o Terramoto, as ruínas do Palácio Marialva (designadas pelos casebres do Loreto) com uma ocupação informe que preocupava a Câmara e ofendia os residentes na

envolvênia. Tendo os Marialva desistido da reconstrução do seu palácio, de que se conhece um desenho da autoria de Eugénio dos Santos, houve, como sempre, numerosas propostas e meras sugestões para o aformoseamento do sítio, de um mercado de flores à Biblioteca Nacional. A decisão foi, por fim, a de erguer um monumento a Luís de Camões da autoria do escultor Vítor Bastos, inaugurado em 1867, com honras de festa nacional, presidida pelo rei D. Luís. Nascia assim, com plena inscrição urbana, uma espécie de prolongamento ou espelhamento do Largo do Chiado que facilitava as circulações, enriquecia os espaços de estar e colocava aquele bairro aristocrata sob a protecção de Camões, o poeta que servira e cantara a Pátria, como que, genialmente, a inventando.

Higienizar a cidade: a questão dos bairros antigos e o aterro da Boavista

Apesar da qualidade do urbanismo pombalino, Lisboa, no seu conjunto e, em particular, nos bairros mais antigos na colina do Castelo, continuava a ser, do ponto de vista da higiene, uma cidade do Antigo Regime, marcada pelos surtos epidémicas que lhe são característicos. As suas últimas manifestações ocorreram nos anos de 1855-56 e 1857, marcados, respectivamente, pela cólera (mais de 3000 óbitos) e pela febre amarela (mais de 5600 óbitos). Estas terríveis ocorrências mobilizaram políticos, médicos e engenheiros. Neste caso, entre as figuras que mais contribuíram para repensar a cidade e afirmar a necessidade de uma orientação urbanística, consentânea com a civilização burguesa triunfante em toda a Europa, avulta a de Pierre Joseph Pezerat (Paris, 1801-Lisboa, 1872) que, em 1852, fora admitido como Engenheiro e Arquitecto da Câmara Municipal e, quase ao mesmo tempo nomeado Professor de Desenho na Escola Politécnica e Arquitecto da mesma.

A este engenheiro se devem as primeiros formulações e os primeiros passos para a efectiva modernização da cidade oitocentista que em muito excedia a área da reconstrução pós terramoto. No entanto, por ausência de clara decisão política e de meios financeiros, eles tiveram escassa e sincopada realização.

Uma das áreas de actuação foi a continuada arborização do território de Lisboa, sobretudo os pequenos largos do tecido antigo, ainda com objectivos de aformoseamento mas, cada vez mais, de higienização. Registe-se, por exemplo, o arranjo e arborização do Largo do Conde de Penafiel a S. Mamede, entre 1861-67; a lenta reconversão do Campo de Sant'Ana em espaço ajardinado que, enunciado em

1861, só a partir de 1879 se tornará efectivo, após o encerramento do matadouro, a deslocação da Feira da Ladra para Santa Clara e a demolição da Praça de Touros; processo idêntico foi delineado no Campo de Santa Clara, cuja muralha de sustentação foi construída em 1863, sucedendo-lhe depois a arborização e as "obras de calçada" e passeios, já em final de 1870 .

Outra marcação significativa deste desejo de regenerar a capital, mas sem consequências, foi então a referência sistemática aos bairros mais antigos da cidade. Encontramo-la, pela primeira vez, na "Proposta de orçamento da Repartição Técnica", elaborada por Pezerat, em 1858:

"Os bairros denominados particularmente Mouraria e Alfama pela estreiteza e mau alinhamento das ruas, pelas diferenças de nível e pelo mau estado higienico e architectonico (...) precisam ser demolidos e reconstruidos de novo em ruas largas, e bem alinhadas, praças arborizadas e edificios em boas condições higienicas; para que este trabalho possa levar-se a efeito em poucos anos é preciso anualmente dispender 150 000\$000.

(...) Para albergar a população que está acumulada nos bairros citados e para poder começar a demolição neles é preciso construir cités ouvrières aonde além de pequenas habitações para acomodar a população trabalhadora se estabeleçam casas de banho e lavadouros(...)"¹².

Este pensamento radical manifesta o utopismo característico da época e também a afirmação do saber do novo engenheiro da Câmara, recentemente em funções. Deve considerar-se ainda que não chegara o tempo da valorização casticista do urbanismo e da vivência dos bairros populares que ocorrerá a partir de 1880, com os estudos olisipográficos de Júlio de Castilho. A intenção demolidora era característica do pensamento higienista internacional e, devemos admiti-lo, só não se concretizou em Lisboa por estrita falta de meios. Aliás não só em relação a Alfama e Mouraria, mas também ao Bairro Alto, como confirma uma planta tardia do arq. Domingos Parente da Silva, propondo uma ampla avenida entre S. Roque e a praça do Príncipe Real (Silva, 1997, 2º.vol.: fig.137) que, com o habitual desprezo pelas pré-existências, se propunha alterar a malha quinhentista inspiradora dos urbanistas pombalinos.

Nos bairros envolventes do Castelo, as intenções de Pezerat não passaram de estudos prévios, com algumas propostas de intervenção imediata para o alargamento da Rua de S.to Estevão, em 1859, concretizada em planta de pormenor, ou para a abertura de *"uma*

¹² in *Annaes do Municipio de Lisboa*, 28 de Maio de 1858, p. 197.

*rua desde a Mouraria até ao Largo do Colleginho, tornando assim aquelle lugar salubre, e sendo esta obra de grande utilidade para a viação publica*¹³.

É possível detectar também, nos textos escritos por Pezerat, a evolução do seu pensamento urbanístico que se afastará da ideia das demolições. Assim, na *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, 1865, defendia a prioridade de se construir bairros para a "classe aisée", "ce qui laissera des habitations disponibles pour le petit commerce et les ouvriers; tandis que les vieux quartiers comme l'Alfama seront réservés pour la classe la plus malheureuse. Par ce moyen tous les besoins seront satisfaits, le prix des loyés diminuera et les pauvres trouvant à se loger à bon marché, on n'aura plus à se préoccuper de construire des quartiers spéciaux pour cette classe; ce qui est une utopie absurde de la part de ces prôneurs d'entreprises de quartiers pour les pauvres, car aucun entrepreneur ne sera jamais disposé à compromettre ses capitaux dans des constructions qui ne lui rendraient pas d'intérêt (...)".

A obra mais importante da Lisboa do início da Regeneração foi a do Aterro da Boavista, magnificamente executado sob direcção do engenheiro Vitorino Damásio, Director do Instituto Industrial, que viria a possibilitar a abertura da Avenida 24 de Julho. As obras, iniciadas pelo Ministério das Obras Públicas (Silva, 1997:430), transitaram, em 1859, para a Câmara Municipal, ou seja para a orientação de Pezerat, alargando-se o projecto, através da abertura da rua de ligação à Rua das Janelas Verdes (actual Ribeiro dos Santos), ao aterro do Cais do Sodré e ao delineamento da Praça D. Luís I, sobre o lado ocidental da qual, foi construída uma fiada de prédios, com nova sequência junto ao Largo de Santos, então ajardinado.

Estas iniciativas que, definitivamente, contribuíram para distanciar a cidade do Rio, deixaram, nas soluções adoptadas, inúmeras pré-existências dos antigos boqueirões por onde o Tejo subia, possibilitando o uso de pequenos cais operativos para embarque e desembarque de mercadorias. No entanto, o empirismo urbanístico que assim se manifesta permitiu também legar ao futuro a heterogeneidade do sítio, e ele foi, como sempre aconteceu, neste período, a consequência da pressão dos interesses particulares, impedindo as intenções programáticas do engenheiro da Câmara que pretendia ali "uma linha recta de quarteirões de quarenta metros de fundo, para a edificação de edifícios regulares e monumentaes, cuja frente principalmente sobre o novo Caés apresentarão

¹³ In Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, SGO (Serviço Geral de Obras), Proposta do vereador G. Santos, 17 de Setembro de 1866.

uma continuação de arcadas com dois andares por cima”¹⁴. No entanto, como já referi, os únicos prédios construídos, a ilharga do Jardim de Santos e da Praça D. Luís I, manifestam uma matriz compositiva ainda pombalina, banalizada por uma espécie de geometria amável de corpos arredondados sobre os gavetos, pelas marcações estreitadas das cantarias, mísulas e pilastras adossadas. As coberturas azulejadas apontam de imediato a data de construção (década de 1860) mas não têm especial beleza nem elaboração, confirmando a modéstia dos investimentos realizados e a definitiva indecisão do novo bairro em que as funções de habitação nunca se sobrepuseram às práticas industriais antiquíssimas. Mesmo assim, as diferenças eram imensas: o aterro afastava a cidade do rio e resolvia o problema do seu assoreamento; operacionalizava as comunicações entre o centro e os limites orientais e ocidentais da cidade, substituindo definitivamente a estrada fundamental da Lisboa do passado: o próprio corpo do Tejo.

III – LISBOA REGENERADA: da Avenida da Liberdade ao Plano das *Avenidas Novas*

Na sequência de muitas solicitações da Câmara Municipal, o Governo decidiu, em 1864, empossar uma “Comissão” para elaborar “o plano geral de melhoramentos da capital” que veio a integrar Pedro José Pezerat, como engenheiro da Câmara (Silva, 1997: 439). Embora se saiba que diversos trabalhos foram desenvolvidos por aquela Comissão e as que lhe sucederam, nunca foi possível, até hoje, encontrar documentação escrita e gráfica comprovativa. Mas há, ao longo da década de 1860, no Ministério das Obras Públicas e nos serviços técnicos da Câmara Municipal, uma clara mudança de ritmo e capacidade técnica. Ela relaciona-se com o lançamento das obras do Porto de Lisboa, e com o estabelecimento das primeiras carreiras dos “Caminhos de ferro americanos” (1873), uns e outro manifestando um investimento continuado em infra-estruturas modernas. É neste contexto desenvolvimentista – inserido na política nacional de obras públicas de Fontes Pereira de Melo - que começam a surgir os primeiros projectos de ampliação da cidade, nomeadamente na zona oriental da cidade. Na sequência, da edificação do Hospital de D. Estefânea (1858-1877), é delineado o Bairro da Estefânea e decidido o prolongamento da Rua da Palma, renunciando, claramente, a futura Avenida dos Anjos, actual Almirante Reis (Silva, 1997: 428).

¹⁴ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, SGO, Cx. 125: “Os aterros do Caes da Boa Vista”, 9 de Setembro de 1858.

No entanto, o grande projecto da Regeneração, em Lisboa, foi a abertura do *boulevard*, desejado desde 1859¹⁵, mais como premência sociológica e simbólica do que como estratégia de desenvolvimento da cidade. Na verdade, a Câmara, sobretudo o seu Presidente Rosa Araújo queria um *boulevard* “*porque Lisboa não tinha nenhum e esse instrumento parisiense parecia ser o palco indispensável à convivencialidade burguesa, sintetizando uma ideia contemporânea de progresso*” (Silva, 1989: 22).

Nascido do corpo ampliado do Passeio Público pombalino, modernizado, como vimos, nos anos de 1840, a Avenida da Liberdade foi, de facto, a imagem simbólica da capital do final do século XIX. Mas foi também o primeiro acto de um projecto urbanístico de ampliação, o primeiro que ali ocorria, mais de cem anos depois do terramoto. Sob este aspecto, essencialmente técnico, a autoria pertencerá ao engenheiro Bartolomeu Déjante, no âmbito dos trabalhos preparatórios já referidos para o Plano Geral de Melhoramentos da capital, implementado, incertamente, no Ministério das obras Públicas desde 1864 (Silva, 1994:430). Do ponto de vista de concretização, a Avenida foi sendo penosamente aberta, implicando expropriações morosas e caras, levadas a cabo pela teimosia de Rosa Araújo.

Palco simbólico das últimas décadas do constitucionalismo monárquico, a Avenida da Liberdade não teve, no entanto, qualquer projecto arquitectónico. À sua entrada, articulando-a lateralmente com o Rossio, fora edificada a Estação Central do Rossio (1886-1887) da autoria do arq. José Luís Monteiro, fundindo a operacionalidade da estrutura em ferro das gares com uma fachada neo-manuelina, característica da estética e da cultura revivalista do final do século. Havia depois, como uma das marcações mais ilustres, o Palácio Foz que fora Castelo Melhor no momento da sua edificação inicial no reinado de D. Maria I e, do lado oriental, um renque de prédios de discreto desenho pombalino. No centro desse espaço nobre, carregado de história e de futuro, erguia-se, desde 1875, o Monumento aos Restauradores, elevado obelisco de gosto francês, ladeado de belos conjuntos escultóricos de José Simões de Almeida e Alberto Nunes. Deve destacar-se também o amplo prédio tornejando para o Largo da Anunciada, projectado por Giuseppe Cinnati e Achiles Rambois, dupla de cenógrafos do teatro de S. Carlos que, simultaneamente, foram os mais qualificados arquitectos das décadas de

¹⁵ Proposta do Presidente da Câmara, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, “para se estudar a abertura de uma Avenida que seguisse do Passeio Público (...) até S. Sebastião da Pedreira e Campo Pequeno” in *Annaes do Município de Lisboa nos anos de 1856 a 1859*, p. 322.

1860 e 70, valorizando o tratamento das fachadas com uma decoração ecléctica mas sóbria, inspirada nas inúmeras possibilidades dos classicismos italianos.

Desde 1900, a arquitectura portuguesa entrou num ciclo novo, mais profissional e cosmopolita, maneando, na composição das fachadas e nas volumetrias globais dos edifícios, a estética francesa, veiculada nas Escolas de Belas-Artes, então frequentadas por alunos de toda a Europa e das Américas (Silva, 2006). Os melhores edifícios da Avenida da Liberdade pertencem a este período mas nunca atingiram uma imagem expressiva, fragilizados pela ausência de normas globais de edificação, sequer ao nível das cêrceas. Peças isoladas em quarteirões heterogéneos, a arquitectura predial da Avenida da Liberdade (tal como acontecerá nas Avenidas Novas) sobreviveu mal às profundas transformações de Lisboa, depois de 1950, e nunca adquiriu o valor patrimonialista que hoje se reconhece à Baixa e ao Chiado da reconstrução pombalina, com uma determinante articulação entre urbanismo e arquitectura.

Do ponto de vista do desenho urbano, a *Avenida* conquistou quase de imediato os lisboetas, pela sua implantação clara, encaixada no Vale do Pereiro, entre duas colinas históricas, e espraiando-se, depois, num planalto aberto e ondulado, onde, em 1882, foi decidido erguer o Monumento ao Marquês de Pombal. A edificação só se iniciou em 1926 para se concluir em 1934, segundo projecto dos arquitectos Adães Bermudes e António do Couto e dos escultores Francisco Santos, Simões de Almeida e Leopoldo de Almeida. Do alto de uma coluna facetada de 35 metros de altura, a estátua do Marquês podia contemplar a nova Lisboa que crescia a seus pés, no sentido norte, onde, no seu tempo, só havia quintas e caminhos de pé posto. Organicamente, ela irradiava das margens azuis do Tejo e da esquadria da Baixa que mandara reedificar depois do terramoto, como transfiguração da História e promessa progressista de futuro.

A Avenida da Liberdade foi também, desde sempre, eixo de confluência da vivência e movimentação das colinas. Além dos arruamentos angulosos e estreitos que se cimentaram desde épocas longínquas e que, depois do terramoto, foram sendo alargados, deve referir-se a instalação dos elevadores mecânicos do Lavra e da Glória, delineados nos últimos vinte anos do século XIX, projectados pelo engenheiro português de origem francesa, Raoul Mesnier du Ponsard, responsável também pelo Elevador da Bica, ligando o ribeirinho bairro de S. Paulo com a Calçada do Combro, eixo axial da articulação do Chiado com a Lisboa ocidental.

Convertidos, no início do século XX à energia eléctrica, estes elevadores, tal como a rede de carros eléctricos implantada pouco depois de 1900, tornaram-se expeditos

corpos modernos, capazes de viabilizarem os bairros antigos e declivosos nas suas articulações com o centro da cidade, ainda fundamentalmente contido entre a Baixa e o Chiado. Há uma plasticidade expressiva nestes históricos transportes urbanos que valorizam a particular topografia de Lisboa, feita de pequenas colinas e estreitos vales. O caso mais pregnante, em termos de estéticos e de impacto visual, foi, e continua a ser, o Elevador de Santa Justa (1900-1902), entre a Rua do Ouro e o monte do Carmo, com desembarque adjacente às ruínas da Igreja do Carmo, memória da destruição do terramoto mas também, nos corpos descarnados das ogivas que não suportam nenhuma cobertura, da tentativa da sua reconstrução depois da catástrofe. Esta poderosa figura, que se tornou um dos ícones da imagem de Lisboa, constitui, como já se disse, uma das primeiras manifestações do neo-gótico em Portugal, absolutamente contrastante com as opções estilísticas das igrejas da reconstrução, balizadas entre o longo maneirismo nacional, as heranças do barroco do Convento de Mafra e o rococó do Palácio de Queluz. Quanto ao Elevador de Santa Justa, feito de ferro com decorações goticizantes, apropriada e amplia a estética da Igreja do Convento do Carmo, e demarca-se da platitude horizontal do desenho e da arquitectura da Baixa, enriquecendo o sítio com uma dissonância activadora da “imaginabilidade” de Lisboa¹⁶.

O Plano das *Avenidas Novas*

As obras de abertura da Avenida da Liberdade decorreram sob a responsabilidade da equipa técnica da Câmara Municipal de Lisboa que, desde 1874, passou a ser dirigida pelo engenheiro Frederico Ressano Garcia (1847-1911), formado na parisiense *École Impériale de Ponts et Chaussées*. Na história lisboeta do final do século XIX, ele foi a figura mais destacada, pelo seu temperamento determinado e a sua formação actualizada. São três os aspectos mais relevantes a destacar na sua acção. O primeiro diz respeito à profunda reorganização dos processos de trabalho da Repartição Técnica que só então é normalizada, por exemplo, em relação à obrigatoriedade de apresentação de desenhos técnicos dos projectos de obra, sob responsabilidade de um engenheiro, construtor ou arquitecto, bem como à tipificação dos parâmetros da sua análise em

¹⁶ Uso o conceito de “imaginabilidade” da acepção que lhe foi dada por Kevin Kinch (1960). Considero, aliás, que a urbanística lisboeta do século XIX, que designei por “romântica” tem como característica determinante a capacidade de activar a “imaginabilidade” da cidade pombalina.

relação aos regulamentos renovados de salubridade e saneamento. O segundo abrange um vasto conjunto de obras de infraestruturização moderna da capital que só mercê delas se tornou efectivamente uma cidade moderna; entre as mais relevantes, refira-se a edificação do Porto de Lisboa, nos vastos aterros de Alcântara que permitiram também o prolongamento da Avenida 24 de Julho, a execução das redes de abastecimento de água, a partir de captações no rio Alviela, a modernização e generalização da rede de esgotos a praticamente todos os bairros de Lisboa e o constante crescimento da rede de transportes públicos, baseados no eléctrico e no caminho de ferro de cintura. Estes importantes trabalhos foram realizados pela Câmara e pelo Ministério das obras Públicas, em plena consonância com diversos interesses privados, expressando os interesses e as dinâmicas do capitalismo oitocentista em que Ressano Garcia amplamente participou, como accionista ou gestor das principais empresas públicas que foram sendo criadas (Silva, 1994 a: 41-67; Custódio, 1994: 93-135).

Mas o campo mais relevante da actuação de Frederico Ressano Garcia, como engenheiro-chefe da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa diz respeito ao urbanismo. Com uma sólida e competente equipa, dirigida também pelo arq. José Luís Monteiro e pelo eng. agrónomo António Maria Avellar, Ressano Garcia apropriou-se do plano da Avenida da Liberdade, assumindo-o, não como fim em si mesmo, mas a primeira parte de um ambicioso plano de extensão da cidade para norte, vulgarizado posteriormente como “Avenidas Novas” (Silva, 1994 b).

Para se compreender o contexto teórico e técnico das *Avenidas Novas*, interessa considerar que, nos anos em que estudou em Paris, Ressano Garcia pôde assistir à concretização do Plano de extensão desta cidade, delineado em estreita cooperação entre Napoleão III e o Barão de Haussmann. Por volta de 1870, quando a Comuna de Paris pôs fim trágico a um decisivo período de desenvolvimento, parte significativa da velha cidade tinha desaparecido, cedendo lugar a uma extraordinária rede de avenidas, reticulares e articuladas entre si, que foram, durante quase um século, o palco de representação da poderosa sociedade burguesa e um dos mais divulgados modelos do “urbanismo de regulação”¹⁷.

Certamente, o jovem Ressano Garcia foi marcado por esse efervescente ambiente de mutação urbana e pôde reflectir sobre os recursos e as soluções em jogo, do ponto de vista do aluno brilhante que foi (o 3º classificado entre os dez engenheiros que

¹⁷ Utilizo esta designação, como já referi em nota anterior, no sentido que lhe definiu Françoise Choay (1968).

concluíram o curso em 1869). À dimensão lisboeta, ele foi o nosso Barão de Haussmann, cuja importância, no desenvolvimento da capital, é comparável à de Manuel da Maia, no século XVIII, e de Duarte Pacheco, no século XX. Aceitando este jogo de comparações superficiais mas sugestivas, poder-se-á dizer que, ao contrário dos seus congéneres, não teve a apoiá-lo nem o Marquês de Pombal, nem Salazar. Por isso, as Avenidas Novas, que ele fará nascer, têm a marca de um tempo incerto em que o Estado foi mais fraco e a sociedade manifestou as suas grandes insuficiências, económicas e culturais (Silva, 1984).

Diversos bairros novos surgiram ao longo e a partir da Avenida da Liberdade: primeiro, o aristocrático bairro Barata Salgueiro, articulando a nova artéria com os sítios antigos do Rato e de S. Mamede; depois o Bairro Camões, do lado oposto, operação privada para a pequena e média burguesia, com o eixo principal na Rua do Conde Redondo, cujas terras foram para o efeito loteadas; para nordeste, já depois da Rotunda do Marquês de Pombal, e ao longo da Av. Fontes Pereira de Melo, surgiria, de um lado e outro, o bairro das Picoas que aproveitava algumas vias antigas (como a Estrada das Picoas ou a Calçada do Sacramento) para criar uma rede de artérias novas, algo irregular e de limites incertos (Silva, 2006 a: 126-141). Só depois da rotunda do Saldanha (que teve a proposta de outros nomes, como o de Mouzinho d'Albuquerque¹⁸), aberta no início de um amplo planalto, em frente ao Palácio das Picoas¹⁹, se iniciavam as *Avenidas Novas*, centralizadas pela Avenida Ressano Garcia (designada da República, depois da mudança de regime, em 1910), ladeada pela Av. António Avellar (depois 5 de Outubro) e Pinto Coelho (depois Defensores de Chaves) e cruzada, em esquadria quase perfeita, por um conjunto de avenidas mais estreitas até ao Campo Pequeno e, de modo mais irregular, com bastantes irresoluções, até à actual Praça de Entrecampos.

¹⁸ Ver *Actas das sessões da Comissão Administrativa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 12/8/1897 e 26/8/1897.

¹⁹ Pertencente à Condessa de Camarido, D. Maria Isabel Freire de Andrade e Castro de Sousa Falcão, “descendente do 1º Conde – o Morgado das Picoas, pois por aqui possui largos tratos de terrenos – D. Nuno Freire de Andrade e Castro de Sousa Falcão, do qual dependia uma Ermida, exterior, ainda hoje ao culto na Rua das Picoas” segundo palavras de Norberto Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, 2º ed., vol. XIV, Lisboa: Vega, 1993, p.79. Na 1ª ed. desta obra, 1937, o palácio estava já desocupado, depois de ter sido sede da Nunciatura Portuguesa. Em 1944, parte do seu imenso lote seria ocupado pelo Cine-Teatro Monumental, da autoria do arq. Raul Rodrigues Lima, inaugurado em 1951 e demolido em 1984.

Características gerais do Plano *das Avenidas Novas*

Contextualizadas no inédito crescimento urbanístico europeu na época da primeira industrialização, as Avenidas Novas de Lisboa aplicam, como já afirmei, alguns aspectos do “urbanismo de regulação” (Choay, 1968) que, à semelhança de Paris e Barcelona (neste caso, o magnífico plano de Ildefons Cerdá), têm concretizações, mais ou menos vastas, mais ou menos radicais, em todas as principais cidades.

Sintetizando os seus princípios constitutivos, deve salientar-se, em primeiro lugar, uma espécie de estética e de pragmática características da engenharia. Os diversos conjuntos de saberes envolvidos neste domínio são então determinantes do que a sociedade do século XIX entende por progresso. No caso das cidades, os engenheiros consideram que elas são organismos doentes porque o ar circula mal nas ruas estreitas, tortuosas e mal iluminadas, bem como nas casas e nos interiores dos quarteirões, de dimensões e usos sem qualquer normalização. Por isso, o seu primeiro desejo é higienizar a cidade: alargar as ruas, torná-las corpo adequado de um conjunto eficaz de infra-estruturas (canalização de esgotos, de água e, por volta do final do século, de electricidade), logo marcado à superfície pelos carris dos eléctricos e, suspensos no ar, os cabos da electricidade²⁰.

A higienização proposta tem ainda outras componentes: a existência de manchas importantes de arvoredo e vegetação, introduzindo o campo na cidade, no momento em que ela estava radicalmente a artificializar-se. Com a colaboração dos agrónomos, nascia assim a arquitectura paisagista que, nesta época, pouco deve à multissecular arte dos jardins eruditos ou populares. Nas ruas largas, arborizam-se passeios e as placas centrais ou laterais e, em pontos adequados dos planos, criam-se amplos jardins e bosques, com a função de pulmões verdes.

Refira-se, finalmente, que os engenheiros delineavam também o loteamento das novas zonas de extensão, com uma matriz geométrica, monotonamente repetida, deixando logradouros generosos no interior dos quarteirões (que deveriam ser corredores de verdura) e, em muitos casos, jardins fronteiros ou laterais. Neste caso, é quase exclusivamente nos bairros da alta burguesia que se aplica este tipo de loteamento, sobretudo quando pensamos no modelo parisiense em que a construção sobre as

²⁰ Vale a pena citar Françoise Choay (1968): “ (...) *Para transformar o Paris de Balzac no Paris metrópole de Zola, Haussmann criou essencialmente três redes de circulação, dos humanos, do arejamento e da circulação dos fluidos (alimentação de água, evacuação dos dejectos (...))*”.

avenidas foi, maioritariamente, de grandes blocos de habitação colectiva com extrema densidade de implantação.

Em Lisboa, encontramos todos os princípios enunciados. A dimensão das avenidas - naturalmente modesta, quando a comparamos com a de outras cidades - retomava o paradigma das ruas da baixa pombalina que, hoje ainda, continua a funcionar; todas elas eram infra-estruturadas, com essa espécie de vida subterrânea que passa a constituir o cerne da cidade industrial; as mais importantes vias encontravam-se, desde 1900, articuladas com a cidade antiga, através das carreiras dos eléctricos; as placas centrais, laterais e os passeios foram generosamente arborizados, numa articulação subtil e qualificada de cores e cheiros, delineada sob a autoridade do Eng. António Maria Avellar; os lotes desenharam-se, em geral, amplos, poucas vezes com jardins mas sempre com logradouros profundos, funcionando como operativos quintais.

O Plano final, aprovado em 1899, já integrava o Parque da Liberdade (depois Eduardo VII), embora a sua construção se vá arrastar sem solução definitiva até à década de 1940. No extremo norte, o Campo Grande (arborizado no início do século XVIII) será então modernizado, tornando-se num dos lugares mais procurados pelo lazer dos lisboetas, numa vida de ar livre moderna, em que a bicicleta começa a concorrer com o cavalo.

Em 1903, quando o conjunto das avenidas estava delineado e a edificação se iniciara, a equipa de Ressano Garcia apresenta ainda um novo Plano, propondo outro Parque à ilhargia ocidental do Campo Grande, e um notável conjunto de vias de circulação externas que, mesmo hoje, não estão completamente executadas. Nunca foi implementado e, durante a Primeira República, foi progressivamente esquecido.

Cumprindo princípios essenciais do urbanismo dos finais do século XIX, as Avenidas Novas possuem também o que costumo designar por uma marca lisboeta. Tratando-se de tema complexo, onde a subjectividade é considerável, destacarei apenas dois ou três tópicos para clarificar aquela afirmação. Em primeiro lugar, o modo como o conjunto das avenidas Liberdade/Fontes Pereira de Melo/República se articula, numa linha quebrada, em evidente continuidade desde a Praça do Comércio, sugerindo um percurso ascensional do Rio para o interior, de grande clareza de desenho e evidente carga simbólica. Sob este aspecto, pode afirmar-se que o Plano das Avenidas Novas desenvolve as potencialidades da ordenação urbana pombalina, distanciando a cidade do Tejo mas colocando-o num real e mítico ponto de partida.

Em segundo lugar, as Avenidas Novas, axializadas pela Avenida da Liberdade e pelo Parque Eduardo VII, transportaram, para zonas antes não urbanas, o desenho básico de Lisboa, onde as diferenças entre a parte oriental e ocidental sempre foram claras; por outro lado, apesar de se constituir como extensão, o novo urbanismo permanentemente se retrai, se curva e contracurva para encontrar as linhas direccionais antigas da cidade, adaptando a tendencial ortogonalidade a diversas e expressivas pré-existências. Sob este aspecto, o caso mais interessante é o da Avenida Duque d'Ávila que mantém, alargando-o apenas, o desenho redondo da velha Estrada da Circunvalação.

Finalmente, ao contrário do que aconteceu na maioria dos casos de grandes cidades, a nova Lisboa, mecânica e geométrica, não pôs em causa a cidade velha, desenvolvendo-se por ampliação e não por reconversão. Este facto tem, na origem, a reconstrução pombalina da Baixa e áreas limítrofes (incluindo a “alta” do Chiado) que modernizara Lisboa, um século antes. O amplo centro pós-terramoto permitiu que os bairros históricos se mantivessem e, como já disse, é a matriz orgânica e histórica da cidade fino-oitocentista. Permitiu, também, ir criando pequenos bairros de desenho tendencialmente geométrico: primeiro, antes do arranque do Plano das Avenidas Novas, a Estefânia, Campo de Ourique e Calvário; depois, sobre a nova Avenida dos Anjos (depois Dona Amélia, hoje Almirante Reis) uma dispersão de bairros pequeno-burgueses que se articularão com a Estefânia e com as Picoas e, do lado oriental, com a vivência antiga e operária da Graça.

As qualidades indiscutíveis do desenho urbano das Avenidas Novas não se verificaram na sua arquitectura. De facto o Plano não enunciava princípios normativos nessa matéria, ao contrário do que acontecera na Baixa e há-de acontecer nas Avenidas “novíssimas” de Duarte Pacheco, cujo paradigma é a Avenida de Roma. A consequência foi a definitiva efemeridade do edificado. Cada promotor, construindo para si mesmo, para venda ou arrendamento, pôde optar entre prédio ou moradia, pela ocupação de toda a frente do lote ou não, pelo isolamento do edifício ou pela disposição em banda. As cérceas não foram impostas, muito menos exigências de materiais ou de resoluções estilísticas. Num tempo de arquitectura ecléctica, marcada por revivalismos vários, pelos exotismos e os ruralismos, esta excessiva liberdade foi mortal para a consolidação final do Plano.

Por isso, nos anos de 1930, quando, mesmo na Avenida da República, ainda havia alguns (embora poucos) lotes para edificar, já se procedia às primeiras demolições. Por isso, também, as Avenidas Novas são hoje um qualificado desenho urbano cujo corpo se

tornou irreal, numa mistura ruidosa de falta de norma e de uma história enredada em sucessivos oportunismos de que a ausência de qualidade arquitectónica é o sinal visível. Mesmo assim, a edificação das avenidas novas, no contexto de crescimento global de Lisboa, marca inquestionavelmente a sua afirmação como capital moderna. Os números são impressionantes: “nos onze anos percorridos desde 1896 a 1906 construíram-se em Lisboa 3080 prédios com a superfície total de 1472 m² de superfície habitável e reconstruíram-se 726 prédios com a superfície habitável e nova de 200926 m²”²¹. Estava-se perante uma nova “revolução” de dimensões idênticas à que, um século antes, o terramoto havia gerado.

Entretanto, na Baixa, ocorriam as primeiras demolições integrais de prédios pombalinos e a sua reconstrução, segundo as ecléticas gramáticas estilísticas e em função de exigências de novas tipologias: bancos, hotéis, grandes armazéns, cafés, lojas de montras cada vez mais amplas (Martins, 2004). Hoje, os nossos conceitos patrimonialistas permitem-nos integrar as contradições entre a destruição e a criação que, no caso em estudo, não comprometeram as imagens determinantes da elaboração da cidade. A arquitectura fino-oitocentista, sempre retórica, depois de desprezada pelo modernismo, aparece-nos hoje dotada de uma digna vetustez, exigindo salvaguarda e conservação, tal como as séries prediais que mantêm, com maior fidelidade, os paradigmas pombalinos. O desafio torna-se então determinar, neste riquíssimo palimpsesto, o lugar do futuro.

Bibliografia

- ALEGRIA, Joana Fernandes (2008) – *A arquitectura pombalina na Rua da Madalena*. Lisboa, 2008 (dissertação de mestrado. Instituto Superior Técnico)
- APPLETON, João (2003) - *A Baixa Pombalina: da inovação ao mito. Jornadas. A Baixa Pombalina e a sua importância para o património mundial*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2003, p.40-47.
- BARREIROS, Maria Helena Barreiros (2004) - «Casas em cima de casas». Apontamentos sobre o espaço doméstico da Baixa Pombalina. *Monumentos*. Revista semestral da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº21, Setembro 2004: 88-97.
- BECKFORD, William (1983) - *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2ª ed., 1983. Edição crítica de Boyd Alexander, traduzida por João Gaspar Simões.
- CARITA, Herder (1990) – *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1990.

²¹ In *Actas das Sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa*, sessão de 28 de Fevereiro de 1907.

- CARVALHO, A. Ayres de (1979) - *Os três arquitectos da Ajuda*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1979.
- CHOAY, Françoise (1965) - *L'Urbanisme, utopies et réalités. Une antologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1965.
- CHOAY, Françoise (1968) – Urbanisme. *Encyclopedia Universalis*, 1968, vol. 16.
- CUSTÓDIO, Jorge (1994) – As infraestruturas. Circuitos e canais. *Lisboa em movimento, 1852-1920*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994: 93-135 (catálogo de exposição comissariada por José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro),
- DUARTE, Eduardo - De França à Baixa, com passagem por Mafra. As influências francesas na arquitectura civil pombalina. *Monumentos*. Revista semestral da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº21, Setembro 2004: 76-87
- FRANÇA, José-Augusto (1977) - *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1977 (2º ed.).
- FRANÇA, José-Augusto (1966) - *A arte em Portugal no século XIX*. 2 vol.s. Lisboa, Bertrand, 1966.
- HAROUEL, Jean-Louis (1993) - *L'embellissement des villes. L'urbanisme français au XVIII siècle*. Paris: Picard Editeur, 1993.
- KUBLER, George (1972) - *Portuguese Plan Architecture between spices and diamonds 1521-1706*. Middletown-Connecticut. 1972.
- LEAL, Joana Cunha (2007) - *Arquitectura privada. Política e factos urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal*. Lisboa, 1997. (Dissertação de doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada).
- LINCH, Kevin (1960) - *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- MARTINS, João Paulo (2004) – Arquitectura contemporânea na Baixa de Pombal. *Monumentos*. Revista semestral da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº21, Setembro 2004: 142-149.
- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho (2004) - Ferros decorativos da Praça do Comércio. Um desenho inédito de Carlos Mardel. *Monumentos*. Revista semestral da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº21, Setembro 2004: 196-203.
- MATOS, José Sarmiento de (1994) - *Uma casa na Lapa*. Lisboa: Quetzal, 1994.
- MOITA, Irisalva, coordenação (1990) – *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 2 vol.s, 1990. Catálogo de exposição.
- MOREIRA, Rafael (1994) - O Painel de S. Luís do Maranhão. *Monumentos*, Revista semestral da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº1, Setembro, 1994.
- MUMFORD, Lewis (1961) *A cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas*. S. Paulo, Martins Fontes, 4ª ed.1998.
- OLSEN, Donald J. (1986) – *The city as a work of art. London. Paris. Vienna*. Yale University Press, 1986.
- PEREIRA, Paulo (2005) – O Convento e Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo. *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Coordenação de José Morais Arnaud e Carla Varela Gomes. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005.
- PORTUGAL, Fernando (1974) – *Lisboa em 1758 – Memórias paroquiais*, publicadas por Fernando Portugal e Alfredo Matos. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974.
- REIS, Ana Rita; SIMÕES, Maria José de Freitas; RODRIGUES, Susana - A Décima da Cidade: contributo para a datação do edificado da Baixa. *Monumentos*. Revista semestral de Edifícios e Monumentos, nº 21, Setembro 2004: 58-65.
- ROSSA, Walter (1998) - *Além da Baixa. Índícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.

ROSSI, Aldo (1966) - *A arquitectura da cidade*. Lisboa, Cosmos, 2001. Tradução de José Charters Monteiro.

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos (2000) – *A Baixa Pombalina. Passado e Futuro*. Lisboa: Livros Horizonte. 2000.

SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos (2007) - As fachadas da reconstrução. *O Terramoto de 1755. Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007: 447-454.

SILVA, Raquel Henrique da (1984) - *As Avenidas Novas de Lisboa 1900-1930*. Lisboa, 1984 (dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiada).

SILVA, Raquel Henriques da (1989) - Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909. *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874- 1909*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

SILVA, Raquel Henriques da (1994) - O Passeio Público e a Avenida da Liberdade. *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994: 425-434 (coordenação de Irisalva Moita).

SILVA, Raquel Henriques da (1994 a) – O urbanismo – caminhos e planos. *Lisboa em movimento, 1852-1920*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994: 41-68 (catálogo de exposição comissariada por José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro).

SILVA, Raquel Henrique da (1994 b) - Lisboa das Avenidas Novas. *Rassegna*, ano XIV, 59 (Número dedicado a Lisboa, sob coord. de João Paulo Martins). Bologna, 1994: 44-51.

SILVA, Raquel Henriques da (1997) – *Lisboa romântica. Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*. Lisboa. 1997 (dissertação de doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiada).

SILVA, Raquel Henriques da (1998) - O Passeio Público e a Avenida da liberdade. *O Livro de Lisboa* (coordenação de Irisalva moita). Lisboa: Livros Horizonte, 1998: 425-434.

SILVA, Raquel Henrique da (1999) - A Cidade. *D. João VI e o seu tempo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999: 53-57 (catálogo de exposição comissariada por José-Augusto França).

SILVA, Raquel Henriques da (1999 a) - O Palácio Castelo Melhor: contexto e projecto inicial. *Monumentos*. Revista semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº11, Setembro 1999: 21-25.

SILVA, Raquel Henriques da (2002) - O Jardim da Estrela: o paisagismo romântico na cidade burguesa. *Monumentos*. Revista semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº16, Lisboa, Março, 2002: 68-73.

SILVA, Raquel Henriques da (2004) - Arquitectura religiosa pombalina. *Monumentos*. Revista semestral de Edifícios e Monumentos, nº 21, Setembro 2004: 108-115.

SILVA, Raquel Henriques da (2006) - Ventura Terra em contexto. *Miguel Ventura Terra. A arquitectura enquanto projecto de vida*. Câmara Municipal de Esposende, 2006 (catálogo de exposição com coordenação científica de Ana Isabel Ribeiro).

SILVA, Raquel Henriques da (2006 a) - Das Avenidas novas à Avenida de Berna. *Revista de História da Arte*, nº2 – 2006: 126-141. Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

SILVA, Raquel Henriques da (2007) - Da destruição de Lisboa ao arrasamento da Baixa. *História e Ciência da catástrofe*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa/ Edições Colibri, 2007: 103- 111.

SOROMENHO, Miguel Soromenho; SANTOS, Maria Helena Ribeiro (2004) - O convento do Corpus Christi: um caso de estudo. *Monumentos*. Revista semestral de Edifícios e Monumentos, nº 21, Setembro 2004.

TORRINER, Stephen - A gaiola pombalina. O sistema de construção anti-sísmico mais avançado do século XVIII. *Monumentos*, Revista semestral da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº21, Setembro 2004: 160-167.

TOSTÕES, Ana (1994) – Praça do Príncipe Real. *A Sétima Colina. Roteiro histórico-artístico*. Lisboa, 1994.